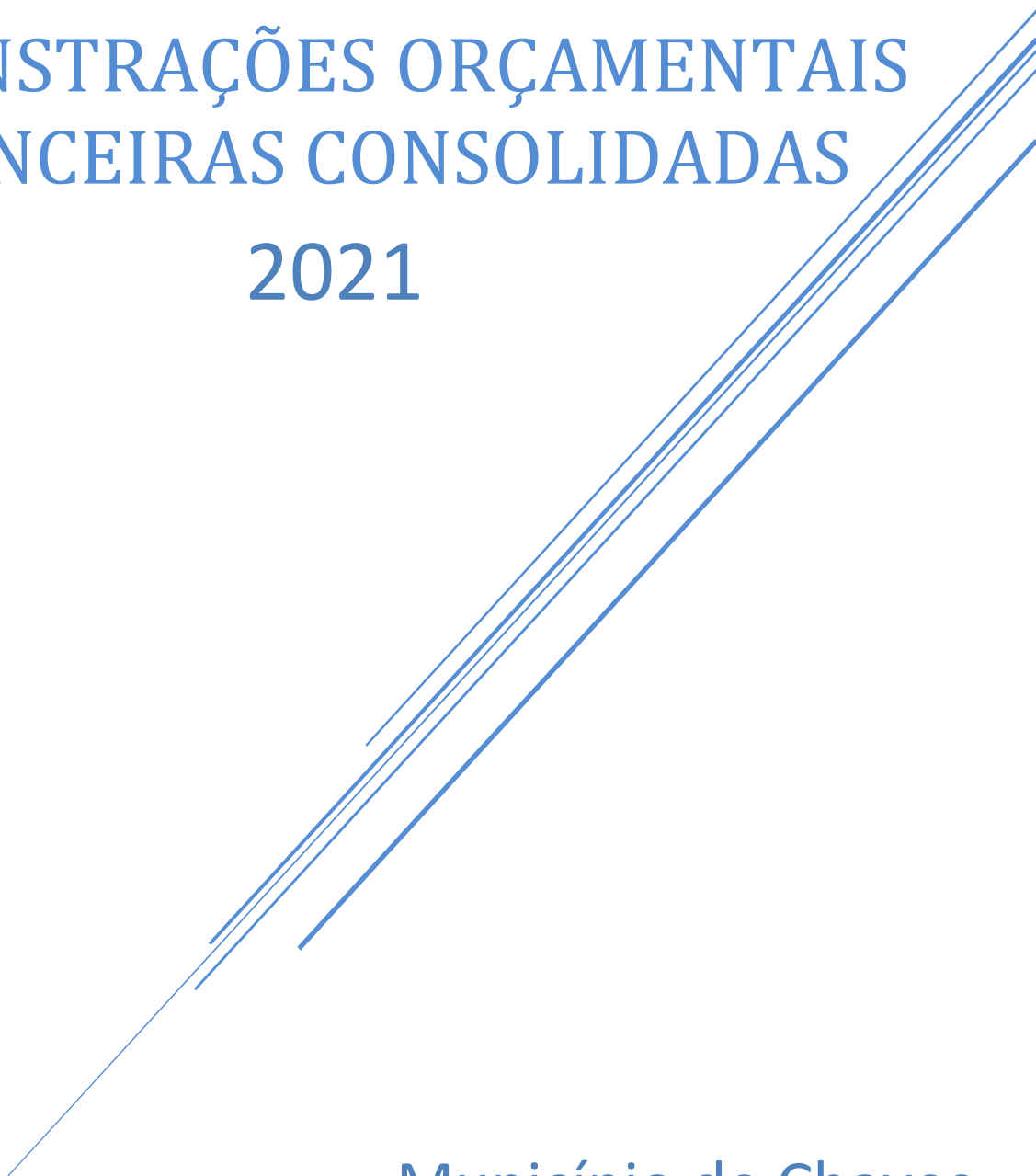




Chaves

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2021



Município de Chaves

ÍNDICE

I – RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1- INTRODUÇÃO.....	3
2- PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	4
3- ANÁLISE PATRIMONIAL	
3.1 ANÁLISE DO BALANÇO.....	12
3.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	15
3.3 DÍVIDA CONSOLIDADA.....	18
4 – MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA.....	19

II – BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

1. BALANÇO CONSOLIDADO.....	21
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	22
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	23

III – FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS.....24

IV – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS ORÇAMENTAIS

1 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	27
2 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA.....	29

V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS...31

I – RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições consagradas na Resolução n.º 2/2020 – “Prestação de contas relativas ao ano de 2021 e gerências partidas de 2022, em articulação com ao art.º 75º da lei 73/2013, na sua atual redação, é obrigatória a apresentação, pelo Município, de contas consolidadas, aplicável, no caso em concreto às seguintes entidades:

- Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM, S.A. (100%) – Consolidação orçamental e financeira pelo Método de Consolidação Integral, com aplicação da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas que prescreve os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega (62,4%) – Consolidação orçamental e financeira pelo Método de Consolidação Integral, com aplicação da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas que prescreve os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves (83,33%) – Consolidação orçamental e financeira pelo Método de Consolidação Integral, com aplicação da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas que prescreve os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago (51,28%) – Consolidação orçamental e financeira pelo Método de Consolidação Integral, com aplicação da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas que prescreve os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. (exercício de controlo) – Consolidação financeira pelo Método de Equivalência Patrimonial, aplicando-se a NCP23 – Investimentos em Associadas e empreendimentos conjuntos. Os documentos exigíveis para o efeito encontram-se previstos no nº 7, do art.º 75, da lei 73/2013, na sua atual redação, em articulação com a NCP 22, NCP 23, NCP 26 e NCP27, do SNC-AP:
 - a) Balanço consolidado 31/12/2021;
 - b) Demonstração consolidada de resultados por natureza 31/12/2021;
 - c) Demonstração consolidada de fluxos de caixa 31/12/2021;

- d) Demonstração consolidada das alterações no património líquido de 2021;
- e) Demonstração consolidada de desempenho orçamental de 2021;
- f) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Nos termos do nº 8 do referido art.º 75º, os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

O SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas, importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria nº 474/2010, de 15 e junho, que aprovou a orientação nº 10/2010.

2 – PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Considerando que o art.º 7 do Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro – SNC-AP, estabelece, em matéria de consolidação de contas, dois perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP22);

Assim, as demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes, não se tratando, contudo, de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada, devendo, para o efeito, na apresentação de contas consolidadas, serem apresentados os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

No que diz respeito à consolidação orçamental, a NCP 26 apenas se aplica às entidades cujo sistema contabilístico é o SNC-AP. Desta forma, e considerando que as participadas que integram o Grupo Público não aplicam SNC-AP, a consolidação orçamental apenas integra as contas do Município.

Neste contexto importa identificar o perímetro de consolidação, abrangendo as entidades cujas contas são objeto de consolidação e face às quais se apresentam demonstrações financeiras consolidadas, a saber:

- Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM, S.A. (100%) – Consolidação financeira pelo Método de Consolidação Integral;
- APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega (62,4%) – Consolidação financeira pelo Método de Consolidação Integral;
- FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves (83,33%) – Consolidação financeira pelo Método de Consolidação Integral;
- VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago (51,28%) – Consolidação financeira pelo Método de Consolidação Integral;
- EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. (exercício de controlo) – Consolidação financeira pelo Método de Equivalência Patrimonial, conforme definido na NCP 23 – Investimentos em Associadas e empreendimentos conjuntos.

No ano de 2021 foram integradas no perímetro de consolidação as seguintes entidades

- APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega (62,4%) – Consolidação orçamental e financeira pelo Método de Consolidação Integral;
- FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves (83,33%) – Consolidação orçamental e financeira pelo Método de Consolidação Integral;
- VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago (51,28%) – Consolidação orçamental e financeira pelo Método de Consolidação Integral;

A comparabilidade das Demonstrações Financeiras do ano de 2021 face ao ano de 2020 deve ser analisada considerando o efeito da integração das referidas entidades no perímetro de consolidação no ano de 2021.

Por conseguinte, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades, segue o prescrito na NCP 22 – Demonstrações Financeiras consolidadas e NCP23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.

A necessidade em se proceder à consolidação de contas visa traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado, tendo sido utilizados 2 métodos:

- O método de consolidação integral para as entidades em que o Município de Chaves é detentor de uma percentagem de controlo superior a 50%: GEMC (100%), APEPAT (62,4%), FLAVIFOMENTO (83,33%) E VIDAGUSTERMAS (51,28%).

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras da empresa consolidada no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre a entidade que compõe o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

- O Método da equivalência patrimonial para a entidade EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. em que se verifica o controlo conjunto, sendo aplicável a NCP 23 no âmbito do SNC-AP.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota -parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota -parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

Em sede de elaboração de contas individuais, já veio a ser aplicado o MEP – Método de equivalência Patrimonial, relativamente a todas as participadas, pelo que nos movimentos de consolidação, foram anulados os movimentos nas participadas em que se aplicou o método de consolidação integral. No que se refere à participada em que foi aplicado o MEP nas contas individuais e consolidadas (EHATB), não houve lugar a movimentos contabilísticos no âmbito da consolidação.

Entidades controladas							
Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social da Entidade	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.	Empresa Municipal	Largo das Caldas, 5400-534 Chaves	1 350 000,00 €	100,00%	100,00%		100,00%
APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA	Associação	Fonte do Leite 5400-261 Chaves	179 106,02 €	62,40%	62,40%		62,40%
FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES	Associação	Paços do Concelho - Largo de Camões - 5400-150 - Chaves	6 000,00 €	83,33%	83,33%		83,33%
VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO	Associação	E.N. 2, nº 234 - 5425-323 Vidago	39 000,00 €	51,28%	51,28%		51,28%
EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.	Intermunicipal	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	900 000,00 €	16,67%		16,67%	16,67%

Breve Caracterização das Participadas e do desempenho

GEMC, EM, SA

A GEMC, EM S.A., é uma empresa com capital social de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros, detida a 100% pelo Município de Chaves, com o seguinte objeto social:

1 – Gestão de equipamentos e prestação de serviços de interesse geral, a saber:

- A gestão de piscinas de recreio e lazer;
- A gestão das Termas de Chaves e respetivas infraestruturas de apoio;
- A gestão do Balneário Pedagógico de Vidago e respetivas infraestruturas de apoio;
- A construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago;
- A gestão e exploração do Parque de Campismo do Rebentão e zonas envolventes.

2 – Pode exercer atividades acessórias relacionadas com o objeto principal.

Os equipamentos referidos no objeto social são pertença do Município de Chaves.

No exercício de 2021, todos os equipamentos sob a gestão da GEMC EM, SA, estiveram em atividade, embora com algumas interrupções por força da legislação referente à pandemia Covid-19, tendo obtido um volume de negócios de 1.064.364,05€. Verificou-se um acréscimo no volume de negócios na ordem dos 59,86€, o qual corresponde a 398.573.22€.

No ano de 2021, A GEMC, EM, SA apresentou um resultado líquido do período negativo de 47.232,77€. Face a tal desequilíbrio financeiro verificado pelo resultado líquido antes de impostos

negativo, obedece à necessidade compensação, por parte do Município, mediante a concretização de transferência, a título de subsídio à exploração, no montante de 47.231,14€, nos termos dos números 3 e 4 do art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

Relativamente aos tratamentos termais, regista-se um aumento do número de termalistas em 2021, face ao ano anterior, não tendo, contudo, atingindo os valores pré-pandemia (ano de 2019), conforme se pode verificar na tabela que se segue:

	Número de Termalistas		
	2019	2020	2021
Termalismo Terapêutico	3400	1117	2318
Termalismo de Bem-Estar	4596	2357	3260

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.

A EHATB, S.A. tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal

A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá, também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

O capital social da Empresa ascende a 900.000 €, repartido de igual forma por seis Municípios um dos quais, o Município de Chaves.

A atividade da sociedade em 2021 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, proveniente do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribui com 44,6% do total da faturação e dos Parques Eólicos de Mairos, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, os quais contribuíram com 55,4%.

À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Atberg -Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.
- Eólica de Atilhó, Lda.;
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.;
- Eólica da Padrela Lda.;

Para além da atividade de produção de energia da sociedade desenvolvida no ano de 2021, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa, celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana” e a “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal”.

Os rendimentos da sociedade traduzem-se na venda de energia à SU Eletricidade e À prestação de serviços de assessoria técnica, serviços administrativos e de contabilidade às entidades.

No exercício de 2021, o total de vendas da energia à SU Eletricidade atingiu **8.566.721€**, tendo sido fortemente influenciado pela exploração do Parque Eólico do Alvão e do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas cuja faturação, no conjunto, se cifrou em **7.681.650€**.

APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega

A APEPAT tem como missão promover a formação de técnicos com qualificação intermédia, fundamentada em programas educativos, no ensino experimental, no desenvolvimento de capacidades, atitudes e competências e no estímulo ao empreendedorismo. Pretende qualificar os jovens para a inserção no mercado de trabalho ou para o prosseguimento de estudos e fomentar métodos de gestão baseados na autonomia, responsabilidade e conhecimento tecnológico, contribuindo assim para o desenvolvimento sociocultural e económico do território.

A APEPAT aspira a ser reconhecida como uma instituição de referência, pela qualidade da educação e formação ministrada e impacto no desenvolvimento sociocultural e económico do território do Alto Tâmega.

A atividade Educativa e Formativa da Escola Profissional de Chaves foi, ao longo do ano de 2021, concretizada com a implementação da Oferta Formativa respeitante a dois anos letivos seguintes, com 13 cursos/turmas e 212 alunos no ano letivo 2020/2021 e com 13 cursos/turmas e 205 alunos no ano letivo 2021/2022.

O valor dos rendimentos em 2021 foi de 1.305.922,66€, dos gastos foi de 1.305.535.96€, gerando um resultado positivo antes de impostos no valor de 386,70€, com liquidação consequente de IRC de 81,21€, obtendo um resultado líquido do período de 305,49€

É de realçar a situação vivida em contexto da pandemia Covid-19, que implicou alterações no regular desenvolvimento da atividade, inclusive da sua interrupção por imposição da Direção Geral de Saúde. A criação e disponibilização de ferramentas digitais e o estabelecimento de condições para que as atividades letivas e não letivas decorressem dentro de alguma normalidade, designadamente com a disponibilização aos alunos de meios informáticos e o recurso ao ensino à distância E@D, permitiram assegurar a continuidade das atividades.

FLAVIFOMENTO –Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves

A FLAVIFOMENTO tem como objetivo orientar a sua atividade a partir de uma imagem de qualidade e diferenciação, assente no estabelecimento de uma inter-relação como o seu meio envolvente, através da abertura à comunidade local e zona transfronteiriça, bem como as questões relacionadas com o ordenamento do território, preservação ambiental, desenvolvimento do tecido económico regional através do reforço, estruturação e diversificação do mesmo. Atua na valorização de recursos endógenos e a fixação da população, bem como promoção de um ambiente social mais justo.

Em termos financeiros, os recursos da Associação derivam em exclusivo de rendas que resultam do arrendamento dos espaços edificados situados no parque empresarial da cidade de Chaves, às empresas que aí se estabeleceram. Tal edificado é propriedade do Município de Chaves, cabendo à Flavifomento a gestão e administração do mesmo, na sequência do protocolado entre as duas entidades.

Tal como sucedeu em 2020, os rendimentos do ano de 2021 são compostos exclusivamente por valores provenientes dos arrendamentos dos espaços geridos pela entidade. No ano de 2021 aqueles rendimentos desceram cerca de 3.700€ face a 2020, facto que se deve, sobretudo, aos descontos concedidos aos inquilinos motivados pela pandemia.

Na sequência da atividade desenvolvida no exercício de 2021, apurou-se um resultado líquido negativo de **8.796,33€**.

VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago

A VIDAGUSTERMAS é uma associação sem fins lucrativos, que tem como objeto a promoção do balneário termal e da Casa Museu João Vieira, o desenvolvimento termal e turístico de Vidago, a promoção da Vila de Vidago como destino termal e turístico, local de realização de congresso, feiras e outras organizações afins.

A ano económico de 2021 foi, à semelhança do ano anterior, encarado com maiores desafios e dificuldades, pautado por um conjunto de acontecimentos económicos que influenciaram de um modo considerável a atividade da Associação. Sobretudo pelo contexto económico, provocado pela Covid-19, que assinalou o ano de 2021, a VIDAGUSTERMAS não deixou de prosseguir uma estratégia assente na defesa e nos interesses dos seus associados. A execução orçamental executada cumpriu com os objetivos propostos para o ano transato, fruto do empenho e dedicação da direção.

No ano de 2021 apresentou um resultado líquido do período positivo de **2.559,43€**.

Perspetiva futura:

A pandemia Covid-19 gerou uma situação de emergência de saúde pública, que atingiu de forma repentina e sem precedentes todos os países, exigindo a adoção de medidas urgentes e excecionais para fazer face à situação epidemiológica e suas consequências. O Município e as entidades que englobam o perímetro de consolidação adotaram mecanismos e ações de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia. E, em resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas medidas excecionais e temporárias. Os desafios que se colocaram em 2021 tiveram um impacto muito significativo, quer do lado da despesa e gastos, quer do lado da receita e rendimentos. Excetua-se a EHATB, cuja atividade não está tão exposta às consequências da situação pandémica.

As circunstâncias determinadas pela pandemia Covid-19 condicionaram as atividades económicas e, em particular, o turismo, condicionando a atividade de turismo termal e bem-estar, em especial do seu principal público-alvo, os mais idosos.

As entidades já evidenciaram uma retoma gradual da atividade económica, no ano de 2021 face ao ano de 2020, com o alívio das medidas restritivas e estabilização da situação pandémica, não tendo, contudo, atingindo os níveis pré-pandemia (ano de 2019).

3 – ANÁLISE PATRIMONIAL CONSOLIDADA

Os princípios para preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estão prescritos na Norma de Contabilidade Pública 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na consolidação de contas, o Município aplicou o método de consolidação integral em conformidade com a NCP 22 e o método da equivalência patrimonial (MEP) em conformidade com a NCP 23 – Investimentos em Associadas e empreendimentos conjuntos.

Entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Capital Social da Entidade	Participação	% Controlo		NORMA APLICÁVEL	MÉTODO CONSOLIDAÇÃO	
				Direto	Indireto		CONTAS INDIVIDUAIS	CONTAS CONSOLIDADAS
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.	Empresa Municipal	1 350 000,00 €	100,00%	100,00%		NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Método Equivalência Patrimonial (MEP)	Método de Consolidação Integral
APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA	Associação	179 106,02 €	62,40%	62,40%		NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Método Equivalência Patrimonial (MEP)	Método de Consolidação Integral
FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES	Associação	6 000,00 €	83,33%	83,33%		NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Método Equivalência Patrimonial (MEP)	Método de Consolidação Integral
VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO	Associação	39 000,00 €	51,28%	51,28%		NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Método Equivalência Patrimonial (MEP)	Método de Consolidação Integral
EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.	Intermunicipal	900 000,00 €	16,67%		16,67%	NCP 23 – Investimentos em Associadas e empreendimentos conjuntos	Método Equivalência Patrimonial (MEP)	Método de Consolidação Integral

3.1 – ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço apresenta a posição do Património do Grupo Consolidado, no momento do encerramento, dividindo-se em Ativo, Fundos Próprios e Passivo, desenvolvidos, cada um deles, em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos a reconhecer;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos a reconhecer;
- Património Líquido.

Pela análise do quadro apresentado, verifica-se o apuramento de um resultado líquido consolidado positivo, de 1.548.209,67€, do qual resultado de um RLP das contas individuais do Município, positivo de 1.501.027,25€, de um RLP da GEMC, EM, S.A. negativo de 47.232,77€, do RLP da APEPAT positivo de 305,49€, de um RLP da FLAVIFOMENTO negativo de 8.796,33€, do RLP da VIDAGUSTERMAS positivo de 2.559,43€.

➤ Ativo

Inclui os bens e direitos do Grupo e encontra-se estruturado em três grupos:

- a) Ativo não Corrente, composto pelos elementos do património do Grupo que apresentam carácter permanente e não destinados a venda – Ativos fixos tangíveis; Propriedades de investimento; Ativos intangíveis; Participações financeiras; Outros ativos financeiros;
- b) Ativo Corrente, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por: Inventários; Devedores por transferências e subsídios; Clientes, contribuintes e utentes; Estado e Outros Entes Públicos; Outras Contas a Receber; Caixa e Depósitos;

➤ Passivo

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados.

Em 2021, a sua estrutura resultou nas seguintes componentes:

- Passivo não corrente (Provisões, Financiamentos obtidos, Fornecedores de investimentos; outras contas a pagar);
- Passivo corrente (Fornecedores; Estado e Outros Entes Públicos; Financiamentos obtidos; Fornecedores de investimentos; Outras contas a pagar; Diferimentos)

➤ Património Líquido

Traduz a posição financeira do município.

Englobam o património, bem como as reservas e os resultados do município e desagregam-se em:

- Património/Capital;
- Reservas;
- Resultados Transitados,
- Ajustamentos em ativos financeiros;
- Outras variações Património Líquido;
- Resultado Líquido do período.

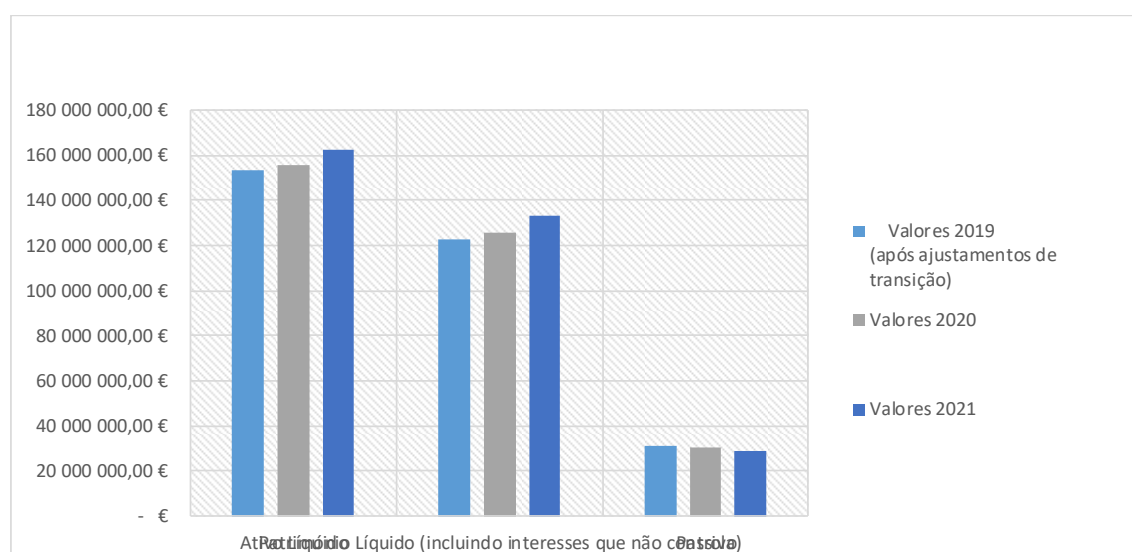
O Balanço consolidado, reportado ao encerramento do exercício económico, reflete a posição financeira e patrimonial do Município de Chaves, da GEMC, EM SA, da APEPAT, da FLAVIFOMENTO e da VIDAGUSTERMAS apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios/capital próprio. A posição financeira e patrimonial da EHATB está refletida pelo justo valor, através da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

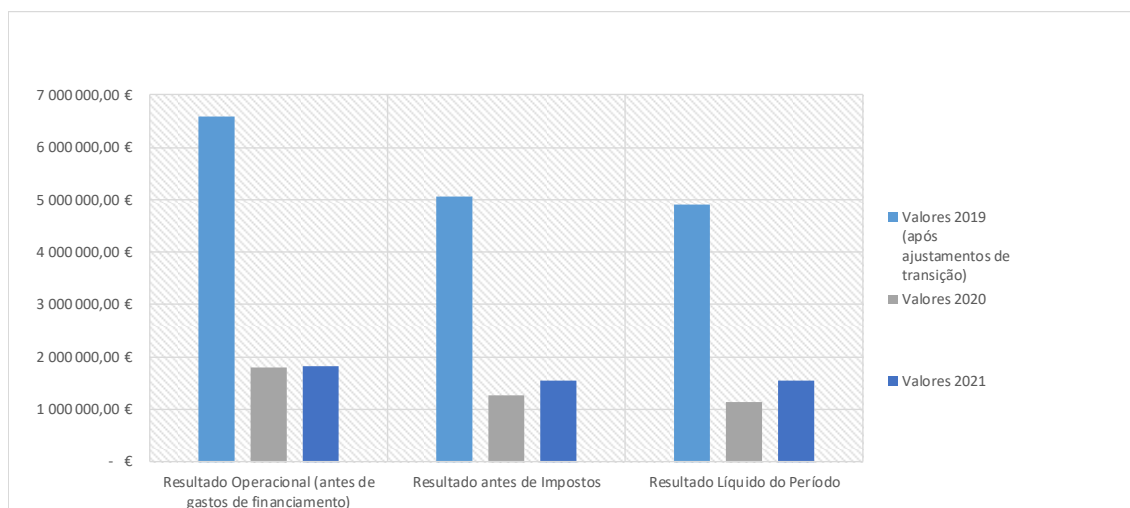
Evolução 2019/2021 - Balanço Consolidado

Composição	Valores 2019 (após ajustamentos de transição)	Valores 2020	Valores 2021
Ativo Líquido	153 683 215,27 €	155 975 888,28 €	162 283 230,92 €
Património Líquido (incluindo interesses que não controla)	122 644 559,92 €	125 866 821,09 €	133 469 842,86 €
Passivo	31 038 655,35 €	30 109 067,19 €	28 813 388,06 €



Evolução 2019/2021 - Demonstração de Resultados Consolidada por funções:

Descrição	Valores 2019 (após ajustamentos de transição)	Valores 2020	Valores 2021
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	6 582 103,00 €	1 794 053,46 €	1 826 171,16 €
Resultado antes de Impostos	5 061 019,39 €	1 266 860,71 €	1 548 292,51 €
Resultado Líquido do Período	4 900 245,58 €	1 147 292,28 €	1 548 209,67 €



3.2 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADO

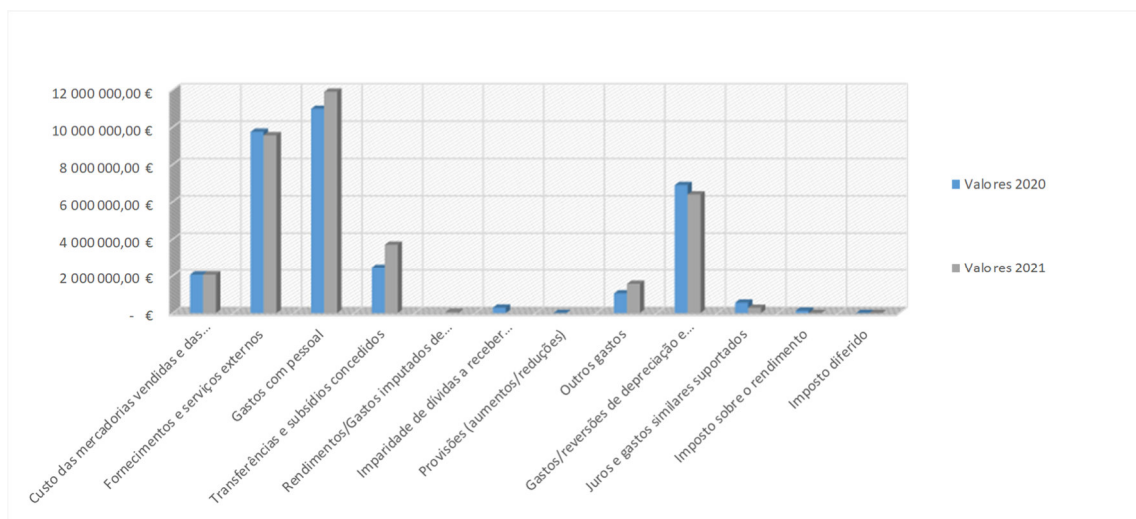
Este mapa contabilístico apresenta os resultados das operações económicas (gastos e perdas) do Grupo durante o exercício, permitindo avaliar a aplicação dos resultados.

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do exercício do Grupo, verificou-se um total de Gastos no montante de **35.470.886,61€** e de Rendimentos no valor de **37.019.096,28€**.

Apurou-se um Resultado Líquido de **1.548.209,67€**, traduzido nos seguintes quadros:

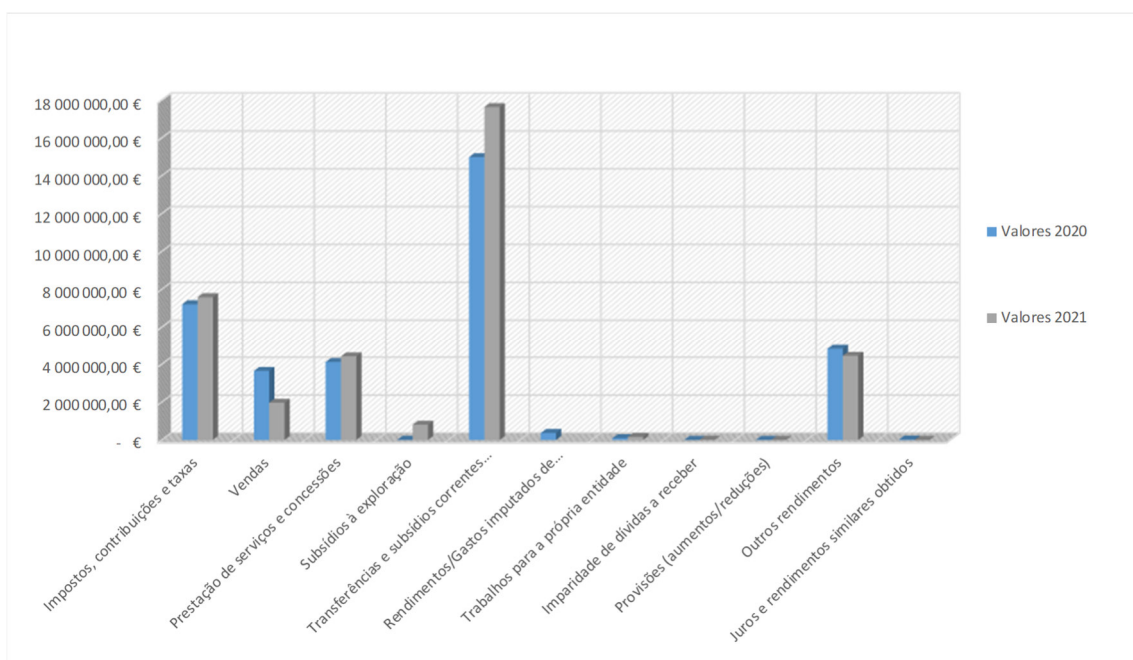
Evolução 2020-2021 - Gastos do Grupo Consolidado:

Gastos	Valores 2020	%	Valores 2021	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 054 131,40 €	6,02%	2 055 952,40 €	5,80%
Fornecimentos e serviços externos	9 743 929,31 €	28,55%	9 556 771,03 €	26,94%
Gastos com pessoal	10 973 791,31 €	32,16%	11 890 691,93 €	33,52%
Transferências e subsídios concedidos	2 459 217,36 €	7,21%	3 697 539,65 €	10,42%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00%	47 595,48 €	0,13%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	283 106,54 €	0,83%		0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	- €	0,00%		0,00%
Outros gastos	1 051 105,55 €	3,08%	1 559 878,08 €	4,40%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6 888 474,64 €	20,18%	6 384 493,83 €	18,00%
Juros e gastos similares suportados	552 095,53 €	1,62%	277 881,37 €	0,78%
Imposto sobre o rendimento	120 385,06 €	0,35%	82,84 €	0,00%
Imposto diferido	816,63 €	0,0024%	- €	0,0000%
Total	34 127 053,33 €	100,00%	35 470 886,61 €	100,00%



Evolução 2020-2021 – Rendimentos do Grupo Consolidado:

Rendimentos do Grupo Consolidado				
Rendimentos	Valores 2020	%	Valores 2021	%
Impostos, contribuições e taxas	7 213 262,63 €	20,45%	7 583 984,10 €	20,49%
Vendas	3 645 655,77 €	10,34%	1 966 254,63 €	5,31%
Prestação de serviços e concessões	4 115 518,58 €	11,67%	4 415 627,80 €	11,93%
Subsídios à exploração	8 945,42 €	0,03%	810 239,86 €	2,19%
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 980 331,01 €	42,47%	17 629 674,96 €	47,62%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	369 050,54 €	1,05%		0,00%
Trabalhos para a própria entidade	94 089,26 €	0,27%	162 807,35 €	0,44%
Imparidade de dívidas a receber	- €	0,00%	9 209,10 €	
Provisões (aumentos/reduções)	1 426,52 €	0,0040%	- €	0,0000%
Outros rendimentos	4 819 529,83 €	13,66%	4 441 295,76 €	12,00%
Juros e rendimentos similares obtidos	24 902,78 €	0,07%	2,72 €	0,00%
Total	35 272 712,34 €	100,00%	37 019 096,28 €	100,00%



3.3 – DÍVIDA CONSOLIDADA

STOCK DA DÍVIDA - Empréstimos Bancários								
Descrição (1)	Município de Chaves (2)	GEMC (3)	APEPAT (4)	FLAVIFOME NTO (5)	VIDAGUSTE RMAS (6)	TOTAL (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas (8)	Grupo consolidado (9) = (7) - (8)
Empréstimos Bancários - Passivo não corrente	13 430 641,33 €	- €	- €	- €	- €	13 430 641,33 €	- €	13 430 641,33 €
Empréstimos Bancários - Passivo corrente	2 369 788,30 €	350 000,00 €	600 000,00 €	- €	- €	3 319 788,30 €	- €	3 319 788,30 €
Total	15 800 429,63 €	350 000,00 €	600 000,00 €	- €	- €	16 750 429,63 €	- €	16 750 429,63 €

STOCK DA DÍVIDA - Corrente								
Descrição (1)	Município de Chaves (2)	GEMC (3)	APEPAT (4)	FLAVIFOME NTO (5)	VIDAGUSTE RMAS (6)	TOTAL (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas (8)	Grupo consolidado (9) = (7) - (8)
Fornecedores	733 881,59 €	35 586,85 €	58 565,63 €	178,35 €	569,40 €	828 781,82 €	- €	828 781,82 €
Estado e outros entes públicos	230 500,06 €	41 298,73 €	41 610,08 €	1 571,72 €	768,54 €	315 749,13 €	- €	315 749,13 €
Financiamentos obtidos	2 369 788,30 €	350 000,00 €	600 000,00 €	- €	- €	1 144 530,95 €	- €	1 144 530,95 €
Fornecedores de investimentos	861 220,79 €	- €	- €	- €	- €	861 220,79 €	- €	861 220,79 €
Outras contas a pagar	4 853 136,01 €	128 749,02 €	39 566,96 €	8 056,13 €	8 778,93 €	5 038 287,05 €	- €	5 038 287,05 €
Diferimentos	9 559,55 €	31 973,83 €	112 447,89 €	4 621,10 €	- €	158 602,37 €	- €	158 602,37 €
Total	9 058 086,30 €	587 608,43 €	852 190,56 €	14 427,30 €	10 116,87 €	8 347 172,11 €	- €	8 347 172,11 €

4 – MAPA FLUXOS CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Rendimentos e Gastos	Notas		
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6 131 101,37 €	8 199 390,88 €
Recebimentos de contribuintes		7 035 796,25 €	7 157 344,29 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		17 134 826,41 €	16 056 064,42 €
Recebimentos de utentes		480 924,76 €	
Pagamentos a fornecedores		-11 697 109,65 €	
Pagamentos ao pessoal		-11 181 155,03 €	
Pagamentos de transferências e subsídios		-4 269 850,62 €	
Caixa gerada pelas operações		3 634 533,49 €	8 498 782,48 €
Outros recebimentos/pagamentos		-360 887,72 €	-2 337 947,75 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 273 645,77 €	6 160 834,74 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-11 943 628,32 €	-12 092 174,01 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-140 832,59 €	-107 547,57 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-2 457,70 €	-37 547,36 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		13 671,31 €	
Recebimentos - Propriedades de Investimento		1 662 033,89 €	1 322 728,07 €
Recebimentos - Transferências de capital		8 192 394,24 €	8 530 356,83 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 218 819,17 €	-2 384 184,04 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		825 000,00 €	10 181 717,16 €
Recebimentos - Doações		65 000,00 €	
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 439 531,77 €	876 179,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-3 698 087,31 €	-11 329 382,86 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-282 881,61 €	-606 666,67 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 651 437,15 €	-1 429 463,80 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-596 610,55 €	2 347 186,90 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 243 895,64 €	6 896 708,74 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 647 285,09 €	9 243 895,64 €

II – BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

1. BALANÇO CONSOLIDADO

BALANÇO CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		137 705 538,30	131 400 442,11
Propriedades de investimento		2 852 454,47	2 968 486,55
Ativos intangíveis		1 084 200,61	1 956 019,84
Participações financeiras		4 125 930,90	2 494 919,38
Outros Investimentos Financeiros		8 501,01	6 562,15
Ativos por impostos diferidos		68 078,78	79 286,49
		145 844 704,07	138 905 716,53
Ativo corrente			
Inventários		238 700,64	261 728,36
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		239 867,51	243 502,20
Clientes, contribuintes e utentes		1 401 376,92	1 182 495,75
Adiantamento a fornecedores		84,49	6 355,00
Estado e outros entes públicos		171 008,89	42 306,28
Outras contas a receber		6 407 446,80	6 024 045,32
Diferimentos		42 353,02	65 843,21
Caixa e depósitos		7 937 688,58	9 243 895,64
		16 438 526,85	17 070 171,75
Total do Ativo		162 283 230,92	155 975 888,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital		69 657 839,55	67 700 925,37
Reservas		8 096 160,97	9 206 751,10
Resultados transitados		-2 948 373,72	-3 292 072,29
Ajustamentos em ativos financeiros		4 990 605,46	4 509 148,42
Outras variações no Patrimônio Líquido		52 072 636,02	46 594 776,20
Resultado líquido do período		1 548 209,67	1 147 292,28
Total do Patrimônio Líquido		133 417 077,94	125 866 821,09
Interesses que não controlam		52 764,92	
Total do Patrimônio Líquido com interesses minoritários		133 469 842,86	
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		974 628,68	1 092 430,77
Financiamentos obtidos		13 430 641,33	15 820 615,70
Fornecedores		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	425 640,35
Outras contas a pagar		3 885 688,59	4 126 217,93
		18 290 958,60	21 464 904,75
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00	0,00
Fornecedores		828 781,82	751 461,98
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		315 749,13	387 652,07
Financiamentos obtidos		2 719 788,30	3 014 901,24
Fornecedores de investimentos		1 461 220,79	282 038,88
Outras contas a pagar		5 038 287,05	4 198 501,24
Diferimentos		158 602,37	9 607,03
		10 522 429,46	8 644 162,44
Total do Passivo		28 813 388,06	30 109 067,19
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		162 283 230,92	155 975 888,28

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

V. Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas		7 583 984,10	7 213 262,63
Vendas		1 966 254,63	3 645 655,77
Prestações de serviços e concessões		4 415 627,80	4 115 518,58
Subsídios à exploração		810 239,86	8 945,42
Transferências e subsídios correntes obtidos		17 629 674,96	14 980 331,01
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-47 595,48	369 050,54
Trabalhos para a própria entidade		162 807,35	94 089,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2 055 952,40	-2 054 131,40
Fornecimentos e serviços externos		-9 556 771,03	-9 743 929,31
Gastos com pessoal		-11 890 691,93	-10 973 791,31
Transferências e subsídios concedidos		-3 697 539,65	-2 459 217,36
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		9 209,10	-283 106,54
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	1 426,52
Outros rendimentos		4 441 295,76	4 819 529,83
Outros gastos		-1 559 878,08	-1 051 105,55
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		8 210 664,99	8 682 528,10
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-6 384 493,83	-6 888 474,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 826 171,16	1 794 053,46
Juros e rendimentos similares obtidos		2,72	24 902,78
Juros e gastos similares suportados		-277 881,37	-552 095,53
Resultado antes de impostos		1 548 292,51	1 266 860,71
Imposto sobre o rendimento		-82,84	-120 385,06
Imposto diferido		0,00	816,63
Resultado líquido do período		1 548 209,67	1 147 292,28
Detentores do capital da entidade-mãe Interesses que não controlam			
Interesses que não controlam		-104,53	

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES AIO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (DAPL)

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		71 212 725,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 158 205,08 €	-4 199 118,58 €	4 783 984,64 €	0,00 €	46 841 923,23 €	1 337 292,28 €	128 135 012,32 €		128 135 012,32 €
														0,00 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		-1 568 106,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-62 044,11 €	342 172,20 €	-624 915,87 €	0,00 €	5 699 583,38 €	100 346,60 €	3 887 036,17 €		3 887 036,17 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	756 154,97 €	0,00 €	756 154,97 €		756 154,97 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	74 176,06 €	0,00 €	0,00 €	5 192 659,46 €	0,00 €	5 266 835,52 €		5 266 835,52 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-1 568 106,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-62 044,11 €	267 996,14 €	-624 915,87 €	0,00 €	-249 231,05 €	100 346,60 €	-2 135 954,32 €	52 764,92 €	-2 135 954,32 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 447 863,07 €	1 447 863,07 €	52 764,92 €	1 447 863,07 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	74 139,45 €	0,00 €	0,00 €	6 069 247,75 €	1 447 863,07 €	7 591 250,27 €	52 764,92 €	7 591 250,27 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)		13 219,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	908 572,66 €	832 620,71 €	0,00 €	-469 954,61 €	-1 337 292,28 €	-52 833,62 €		-52 833,62 €
Subscrições de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 000,00 €	0,00 €	1 000,00 €		1 000,00 €
Entradas para cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outras operações		13 219,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	908 572,66 €	832 620,71 €	0,00 €	-470 954,61 €	-1 337 292,28 €	-53 833,62 €		-53 833,62 €
Subscrições de prémios de emissão		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		69 657 839,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 096 160,97 €	-2 948 373,72 €	4 991 689,48 €	0,00 €	52 071 552,00 €	1 548 209,67 €	133 417 077,94 €	52 764,92 €	133 469 842,86 €

III – FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Rendimentos e Gastos	Notas		
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6 131 101,37 €	8 199 390,88 €
Recebimentos de contribuintes		7 035 796,25 €	7 157 344,29 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		17 134 826,41 €	16 056 064,42 €
Recebimentos de utentes		480 924,76 €	
Pagamentos a fornecedores		-11 697 109,65 €	
Pagamentos ao pessoal		-11 181 155,03 €	
Pagamentos de transferências e subsídios		-4 269 850,62 €	
Caixa gerada pelas operações		3 634 533,49 €	8 498 782,48 €
Outros recebimentos/pagamentos		-360 887,72 €	-2 337 947,75 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 273 645,77 €	6 160 834,74 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-11 943 628,32 €	-12 092 174,01 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-140 832,59 €	-107 547,57 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-2 457,70 €	-37 547,36 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		13 671,31 €	
Recebimentos - Propriedades de Investimento		1 662 033,89 €	1 322 728,07 €
Recebimentos - Transferências de capital		8 192 394,24 €	8 530 356,83 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 218 819,17 €	-2 384 184,04 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		825 000,00 €	10 181 717,16 €
Recebimentos - Doações		65 000,00 €	
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 439 531,77 €	876 179,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-3 698 087,31 €	-11 329 382,86 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-282 881,61 €	-606 666,67 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 651 437,15 €	-1 429 463,80 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-596 610,55 €	2 347 186,90 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 243 895,64 €	6 896 708,74 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 647 285,09 €	9 243 895,64 €

IV – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL			
MUNICÍPIO DE CHAVES			
01/01/2021 a 31/12/2021			
Rubrica	RECEBIMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
RA01	Saldo de gerência anterior	8 453 191,65	5 844 461,55
RI01	Operações orçamentais [1]	6 425 094,62	3 959 531,57
RI02	Restituição do saldo oper. orçamentais	6 425 094,62	3 959 531,57
RI03	Operações de tesouraria [A]	2 028 097,03	1 884 929,98
	Receita corrente	31 772 720,16	31 639 389,63
R1	Receita fiscal	6 547 775,60	7 159 783,89
R11	Impostos diretos	6 547 775,60	6 696 914,32
R12	Impostos indiretos		462 869,57
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	968 961,62	390 877,58
R4	Rendimentos de propriedade	2 046 320,67	2 198 316,46
R5	Transferências e subsídios correntes	17 134 826,41	16 056 064,42
R5.1	Transferências correntes	17 134 826,41	16 056 064,42
R5.11	Administrações Públicas	17 134 826,41	16 056 064,42
R5.111	Administração Central - Estado português	16 640 822,51	15 437 228,74
R5.112	Administração Central - Outras entidades	404 912,99	542 835,68
R5.115	Administração Central - Administração Local	89 090,91	76 000,00
R5.12	Exterior - UE		
R5.13	Outras		
R5.2	Subsídios correntes		
R6	Venda de bens e serviços	4 963 935,90	5 285 469,30
R7	Outras receitas correntes	110 899,96	548 877,98
RA03	Receita de capital	8 242 111,80	8 590 711,42
R8	Venda de bens de investimento	67 152,59	28 121,55
R9	Transferências e subsídios de capital	8 174 959,21	8 530 309,99
R9.1	Transferências de capital	8 174 959,21	8 530 309,99
R9.11	Administrações Públicas	7 452 315,12	8 116 959,17
R9.111		6 895 230,43	7 884 834,28
R9.112		557 084,69	232 124,89
R9.13	Outras	722 644,09	413 350,82
R9.2	Subsídios de capital		
R9.3	Outras		
R10	Outras receitas de capital		32 279,88
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	6 662,84	25 882,39
RA04	Receita efetiva [2]	40 021 494,80	40 255 983,44
RA05	Receita não efetiva [3]		9 541 717,16
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros		9 541 717,16
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	46 446 589,42	53 757 232,17
ROTI	Operações de tesouraria [B]	919 370,08	626 389,95

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL			
MUNICÍPIO DE CHAVES			
01/01/2021 a 31/12/2021			
Rubrica	PAGAMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
DA01	Despesa corrente	25 003 693,76	22 770 473,79
D1	Despesas com o pessoal	9 964 701,03	9 652 966,53
D11	Remunerações Certas e Permanentes	7 583 056,57	7 320 141,79
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	257 796,54	239 278,00
D13	Segurança social	2 123 847,92	2 093 546,74
D2	Aquisição de bens e serviços	10 841 243,35	10 062 460,75
D3	Juros e outros encargos	203 625,93	492 907,41
D4	Transferências e subsídios correntes	3 248 347,67	1 601 320,75
D4.1	Transferências correntes	2 497 975,94	1 565 311,75
D4.11	Administrações Públicas	268 314,13	258 717,91
D4.115	Administração Local	268 314,13	258 717,91
D4.12	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 325 011,36	983 265,42
D4.13	Famílias	746 900,45	322 328,42
D4.14	Outras	157 750,00	1 000,00
D4.2	Subsídios Correntes	750 371,73	36 009,00
D5	Outras despesas correntes	745 775,78	960 813,35
DA02	Despesa de capital	14 107 914,66	13 513 608,22
D6	Aquisição de bens de capital	12 403 363,50	12 450 996,65
D7	Transferências e subsídios de capital	1 704 551,16	1 036 842,40
D7.1	Transferências de capital	1 704 551,16	1 036 842,40
D7.11	Administrações Públicas	929 585,58	927 947,30
D7.115	Administração Local	929 585,58	927 947,30
D7.12	Entidades do Setor não Lucrativo	748 414,33	10 146,39
D7.13	Famílias	26 551,25	7 431,91
D7.14	Outras		
D7.2	Subsídios de capital		
D8	Outras despesas de capital		25 769,17
DA03	Despesa efetiva [5]	39 111 608,42	36 284 082,01
DA04	Despesa não efetiva [6]	2 349 288,95	11 048 055,54
	Despesa com ativos financeiros		24 902,72
D10	Despesa com passivos financeiros	2 349 288,95	11 023 152,82
DA05	Soma [7] = [5] + [6]	41 460 897,37	47 332 137,55
DOT1	Operações de tesouraria [C]	461 684,92	483 222,90
DA06	Saldo para a gestão seguinte	7 471 474,24	8 453 191,65
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	4 985 692,05	6 425 094,62
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	2 485 782,19	2 028 097,03
DA09	Saldo global [2] - [5]	909 886,38	3 971 901,43
DA10	Despesa primária	38 907 982,49	35 791 174,60
DA11	Saldo corrente	6 769 026,40	8 868 915,84
DA12	Saldo de capital	-5 865 802,86	-4 922 896,80
DA13	Saldo primário	1 113 512,31	4 464 808,84
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	46 446 589,42	53 757 232,17
DA15	Despesa total [5] + [6]	41 460 897,37	47 332 137,55

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA			
MUNICÍPIO DE CHAVES			
01/01/2021 a 31/12/2021			
Rubrica	RECEBIMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
	Receita corrente	31 772 720,16	31 639 389,63
R1	Receita fiscal	6 547 775,60	7 159 783,89
R11	Impostos diretos	6 547 775,60	6 696 914,32
R12	Impostos indiretos		462 869,57
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	968 961,62	390 877,58
R4	Rendimentos de propriedade	2 046 320,67	2 198 316,46
R5	Transferências e subsídios correntes	17 134 826,41	16 056 064,42
R5.1	Transferências correntes	17 134 826,41	16 056 064,42
R5.11	Administrações Públicas	17 134 826,41	16 056 064,42
R5.111	Administração Central - Estado português	16 640 822,51	15 437 228,74
R5.112	Administração Central - Outras entidades	404 912,99	542 835,68
R5.115	Administração Central - Administração Local	89 090,91	76 000,00
R5.12	Exterior - UE		
R5.13	Outras		
R5.2	Subsídios correntes		
R6	Venda de bens e serviços	4 963 935,90	5 285 469,30
R7	Outras receitas correntes	110 899,96	548 877,98
RA03	Receita de capital	8 242 111,80	8 590 711,42
R8	Venda de bens de investimento	67 152,59	28 121,55
R9	Transferências e subsídios de capital	8 174 959,21	8 530 309,99
R9.1	Transferências de capital	8 174 959,21	8 530 309,99
R9.11	Administrações Públicas	7 452 315,12	8 116 959,17
R9.111		6 895 230,43	7 884 834,28
R9.112		557 084,69	232 124,89
R9.13	Outras	722 644,09	413 350,82
R9.2	Subsídios de capital		
R9.3	Outras		
R10	Outras receitas de capital		32 279,88
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	6 662,84	25 882,39
RA04	Receita efetiva [1]	40 021 494,80	40 255 983,44
RA05	Receita não efetiva [2]		9 541 717,16
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros		9 541 717,16
RA06	Soma [3] = [1] + [2]	46 446 589,42	53 757 232,17

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA			
MUNICÍPIO DE CHAVES			
01/01/2021 a 31/12/2021			
Rubrica	PAGAMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
DA01	Despesa corrente	25 003 693,76	22 770 473,79
D1	Despesas com o pessoal	9 964 701,03	9 652 966,53
D11	Remunerações Certas e Permanentes	7 583 056,57	7 320 141,79
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	257 796,54	239 278,00
D13	Segurança social	2 123 847,92	2 093 546,74
D2	Aquisição de bens e serviços	10 841 243,35	10 062 460,75
D3	Juros e outros encargos	203 625,93	492 907,41
D4	Transferências e subsídios correntes	3 248 347,67	160 1320,75
D4.1	Transferências correntes	2 497 975,94	1565 311,75
D4.11	Administrações Públicas	268 314,13	258 717,91
D4.115	Administração Local	268 314,13	258 717,91
D4.12	Entidades do Setor Não Lucrativo	1325 011,36	983 265,42
D4.13	Famílias	746 900,45	322 328,42
D4.14	Outras	157 750,00	1000,00
D4.2	Subsídios Correntes	750 371,73	36 009,00
D5	Outras despesas correntes	745 775,78	960 818,35
DA02	Despesa de capital	14 107 914,66	13 513 608,22
D6	Aquisição de bens de capital	12 403 363,50	12 450 996,65
D7	Transferências e subsídios de capital	1704 551,16	1036 842,40
D7.1	Transferências de capital	1704 551,16	1036 842,40
D7.11	Administrações Públicas	929 585,58	927 947,30
D7.115	Administração Local	929 585,58	927 947,30
D7.12	Entidades do Setor não Lucrativo	748 414,33	101463,19
D7.13	Famílias	26 551,25	7 431,91
D7.14	Outras		
D7.2	Subsídios de capital		
D8	Outras despesas de capital		25 769,17
DA03	Despesa efetiva [4]	39 111 608,42	36 284 082,01
DA04	Despesa não efetiva [5]	2 349 288,95	11 048 055,54
D9	Despesa com ativos financeiros		24 902,72
D10	Despesa com passivos financeiros	2 349 288,95	11023 152,82
DA05	Soma [6] = [4] + [5]	41 460 897,37	47 332 137,55

V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Notas às demonstrações financeiras

No presente Capítulo apresentam-se notas para apoiar a preparação das divulgações previstas no “*Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras*” constantes da NCP – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, dando especial ênfase às divulgações que podem tomar a forma de quadros normalizados para facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida no SNC-AP.

Os quadros e explicações que a seguir se apresentam não prejudicam, nem substituem, qualquer outra informação que o Município deva fazer em relação às notas aqui indicadas e a outras que sejam aplicáveis nos termos previstos no Modelo acima referido.

As divulgações são efetuadas em função da materialidade das quantias envolvidas e da importância dos assuntos a relatar.

Nota 1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

As divulgações a fazer no Anexo devem ser claras, objetivas e concisas, já que informação pouco clara, não objetiva ou imprecisa e em excesso, pode comprometer uma das características fundamentais da informação financeira que é a compreensibilidade.

1.1. O ponto 1.1, alíneas a) a g) do Anexo à NCP 1, requer a divulgação de informação que permita a identificação da entidade.

Esta informação consta no capítulo V – Anexos, (modelo 8.2 – Instrução 1/2019 – TC).

1.2. - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O Balanço e a Demonstração de Resultados de 2021 foram preparados de acordo com o SNC-AP.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes do balanço e da demonstração dos resultados a 31/12/2021 são comparáveis com os do período anterior.

c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Não aplicável.

d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários. De acordo com a Norma de Controlo Interno em vigor, a importância em numerário existente em caixa não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Câmara Municipal, ou seja, 10 000,00€. Sempre que no final do dia se apure um montante superior ao limite acima referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo Município no dia útil seguinte.

De seguida, apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes. Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 1 - Desagregação de Caixa e Depósitos

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Conta	2021	2020
Caixa	23 660,46 €	12 524,37 €
Depósitos à ordem	5 201 991,39 €	6 432 184,13 €
Depósitos à ordem no Tesouro	2 373,60 €	1 912,14 €
Depósitos bancários à Ordem	5 273 720,94 €	6 450 882,65 €
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos consignados	287 063,06 €	41 666,06 €
Depósitos de garantias e cauções	2 350 870,52 €	2 028 097,03 €
Total de caixa e depósitos:	7 863 585,43 €	8 533 170,11 €

Nota 2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

b) Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a funcional e de apresentação.

c) Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar 2, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

d) Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar 2, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

e) Participações financeiras:

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, tendo sido aplicado o Método da equivalência patrimonial, às seguintes entidades:

- GEMC, E.M., S.A.;**
- EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.;**
- EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.;**
- EMPRESA EÓLICA DO BARROSO, LDA.;**
- EÓLICA DA PADRELA, LDA.;**
- ATBERG- EÓLICAS DO ALTO TÂMEGA, LDA.;**
- EMPREENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.;**

- EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.;
- EÓLICA DE ATILHÓ, LDA.;
- FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES;
- VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO;
- APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA.

f) Depreciações e Amortizações:

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

g) Inventários:

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, sendo que o sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado como método de custeio.

h) Contas a receber:

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade acumuladas, por forma a refletir o seu valor líquido. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

i) Diferimentos:

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

j) Imparidade de Ativos não Depreciáveis:

À data de 31-12-2021 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou mora superior a 6 meses ou para os casos em que se registaram execuções ou estas se encontram em curso, procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.

k) Provisões:

O município analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato foram calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

l) Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos são mensurados pelo custo amortizado e os encargos financeiros decorrentes são reconhecidos como gastos segundo o princípio do acréscimo (periodização económica).

m) Caixa e depósitos bancários:

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Contabilidade de gestão: A IPSAS 33 prevê adicionalmente a possibilidade de haver um período de transição mais alargado, até 3 anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que inicia a 1 de janeiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNC-AP. O Município aplicou esta prerrogativa do período mais alargado de transição para a presente norma (NCP 27).

Nestes termos, apesar do Município ter efetuado, em 2020, a transição de normativo contabilístico, elaborando a respetiva equivalência de contas, e definindo novas funções/atividades, os sistemas de informação ainda não se encontram totalmente parametrizados por forma a produzir relatórios e mapas adequados à divulgação interna e externa dos custos, rendimentos e resultados em diferentes vertentes.

Não obstante, e por forma a dar cumprimento (parcial, com os dados disponíveis) ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27, efetuou-se uma análise à distribuição dos gastos por funções que consta no Capítulo IV, no ponto 4.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

O processo de relato centra-se no cumprimento do normativo SNC-AP, pelo que

excetuando as situações que implicam o cálculo de estimativas, foram seguidos os requisitos de mensuração exigidos pelas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar:

a) O título da Norma

Não Aplicável.

b) Quando aplicável, que a alteração na política contabilística é feita de acordo com as suas disposições transitórias

Não Aplicável.

c) A natureza da alteração na política contabilística

Não Aplicável.

d) Quando aplicável, uma descrição das disposições transitórias

Não Aplicável.

e) Quando aplicável, as disposições transitórias que possam ter um efeito em períodos futuros

Não Aplicável.

f) Para o período corrente e cada período anterior apresentado, até ao ponto em que seja praticável, a quantia do ajustamento para cada linha afetada das demonstrações financeiras;

Não Aplicável.

g) A quantia do ajustamento relativo a períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto em que seja praticável;

Não Aplicável.

h) Se a aplicação retrospectiva exigida pelo parágrafo 20 (a) ou (b) da NCP 2 for impraticável para um período anterior em particular, ou para períodos anteriores aos apresentados, as circunstâncias que conduziram à existência dessa condição e uma descrição de como e desde quando a alteração na política contabilística tem sido aplicada.

Não Aplicável.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não Aplicável.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

a) Respetivas naturezas e quantias;

Não aplicável.

b) Situações em que é impraticável estimar a quantia do efeito em períodos futuros.

Não aplicável.

c) Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 — Ativos intangíveis

3.1. Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas:

As vidas úteis foram determinadas tendo em conta a utilização exclusiva dos ativos tal como definido no Classificador Complementar 2;

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis:

Método da linha reta

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período

Relativamente aos requisitos de divulgação do ponto 3.1, alínea c), a entidade deve

preparar e apresentar o Quadro 3.1 seguinte:

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 3.1. - AI - Variação das Amortizações e perdas por imparidade

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	4 356 233,26 €	2 802 031,02 €	0,00 €	1 554 202,24 €	4 292 389,73 €	3 208 189,12 €	0,00 €	1 084 200,61 €
AI1 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AI2 Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AI3 Projetos de desenvolvimento	821 631,26 €	347 168,89 €	0,00 €	474 462,37 €	858 011,01 €	564 949,29 €	0,00 €	293 061,72 €
AI4 Programas de computador e sistemas de informação	1 082 607,84 €	890 270,06 €	0,00 €	192 337,78 €	1 125 372,97 €	1 010 059,64 €	0,00 €	115 313,33 €
AI5 Propriedade industrial e intelectual	1 434 700,91 €	1 339 354,09 €	0,00 €	95 346,82 €	1 439 104,31 €	1 407 942,21 €	0,00 €	31 162,10 €
AI6 Outros	230 297,22 €	225 237,98 €	0,00 €	5 059,24 €	230 297,22 €	225 237,98 €	0,00 €	5 059,24 €
AI7 Ativos intangíveis em curso	786 996,03 €	0,00 €	0,00 €	786 996,03 €	639 604,22 €	0,00 €	0,00 €	639 604,22 €
TOTAL	4 356 233,26 €	2 802 031,02 €	0,00 €	1 554 202,24 €	4 292 389,73 €	3 208 189,12 €	0,00 €	1 084 200,61 €

Relativamente ao requisito de divulgação do ponto 3.1, alínea d), a entidade deve indicar, no que se refere à quantia de «Gastos/reversões de depreciação e amortização» da Demonstração dos Resultados por naturezas, que parte respeita a ativos intangíveis, a qual deve corresponder à coluna 8 do Quadro 3.2.

Relativamente aos requisitos de divulgação do ponto 3.1, alínea e), bem como do ponto 3.2, alínea e), a entidade deve preparar e apresentar os Quadros 3.2, 3.2A e 3.2B seguintes.

Quadro 3.2 - AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Anexo A1 - Instrução 1/2015 do Tribunal de Contas											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis	1 536 498,36 €	160 098,56 €	-225 877,30 €				-401 943,64 €			1 068 775,98 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento	461 817,73 €		36 379,75 €				-213 565,94 €			284 631,54 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	192 337,78 €	42 765,13 €					-119 789,58 €			115 313,33 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	95 346,82 €	4 403,40 €					-68 588,12 €			31 162,10 €
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso	786 996,03 €	112 930,03 €	-262 257,05 €							637 669,01 €
	TOTAL	1 536 498,36 €	160 098,56 €	-225 877,30 €				-401 943,64 €			1 068 775,98 €

Com respeito à quantia escriturada apresentada na coluna 11, a entidade deverá indicar quais as quantias, se existirem, de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias de ativos intangíveis dados como garantia de passivos, em cumprimento das divulgações exigidas no ponto 3.2, alínea c).

De acordo com os requisitos da NCP 3, as revalorizações dos ativos intangíveis **só** podem ser feitas se autorizadas através de diploma legal. Assim, quando for este o caso, a entidade deve apresentar notas à coluna 5, a fim de dar cumprimento aos requisitos

de divulgação do ponto 3.3, alíneas a) e b), indicando nomeadamente o diploma legal que autorizou a reavaliação, a data de eficácia e a quantia escriturada que teria sido reconhecida caso a classe revalorizada de ativos intangíveis tivesse sido mensurada após reconhecimento usando o custo de aquisição.

Relativamente aos requisitos de divulgação do ponto 3.5., em complemento ao quadro 3.2 acima, a entidade deve indicar outros ativos intangíveis ainda em uso, cuja quantia escriturada seja nula, bem como outros que controle, mas que não tenha conseguido reconhecer, nomeadamente por dificuldades de mensuração.

O Município atendeu aos seguintes conceitos, associados aos vários tipos de adições:

Quadro 3.2 A - AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubrica	Designação	Adições								
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
	Ativos Intangíveis		160 098,56 €							
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
AI2	Goodwill									
AI3	Projetos de desenvolvimento									
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		42 765,13 €							
AI5	Propriedade industrial e intelectual		4 403,40 €							
AI6	Outros									
AI7	Ativos intangíveis em curso		112 930,03 €							
	TOTAL		160 098,56 €							
										160 098,56 €

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Os acordos de concessão de serviços são regulados pela legislação relativa às concessões, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio, que define as normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, lançamento, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas (art.º 1º, a)).

De acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços, o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação detalhada por

parte da concessionária, o que não aconteceu até à data desta prestação de contas.

De acordo com a IPSAS 33 o Município dispõe de 3 anos para reconhecer ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico, aqui se enquadrando o caso em concreto da aplicação da NCP 4 – Acordos de concessão.

Para dar cumprimento aos requisitos dos pontos 4.1 e 4.2 em geral, o Município elaborou o quadro que a seguir se apresenta, sendo que no que diz respeito à E-Redes, apenas se registam recebimentos e não pagamentos, pela concessionária:

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Acordos de Concessão de serviços	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A. (EDP - Distribuição de Energia, S.A.)		20 anos				
Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros, na área da sede do Concelho de Chaves.	Auto Viação do Tâmega, S.A.		10 anos	1 229 600,00 €	768 500,00 €	153 700,00 €	

No que diz respeito ao contrato de concessão de transportes coletivos urbanos, celebrado com a Auto viação do Tâmega, o mesmo veio a ser prorrogado até 14 de fevereiro de 2022, uma vez que tal competência veio a ser transferida para a CIM-AT - Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, que passará a assumir os TUC, em 2022, já se encontrando o adequado procedimento concursal em curso.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

5.1. Relativamente aos requisitos de divulgação do ponto 5.1, alínea a), a entidade deve indicar, para cada classe de ativos fixos tangíveis, o critério de mensuração usado, nomeadamente no reconhecimento inicial.

De acordo com os parágrafos 18 a 20 da NCP 5, o critério adotado foi o método do custo.

Quando não se conhece o custo (designadamente em transações sem contraprestação), são admitidos o Valor Patrimonial Tributário para os imóveis e o valor de mercado para os restantes ativos, este último também em conformidade com a Estrutura Concetual o SNC-AP.

Métodos de depreciação utilizados:

Foi utilizado o método da linha reta ou quotas constantes para os AFT, após a

data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, em duodécimos, em conformidade com o período e vida útil estimado, que consta do CC2.

Relativamente aos requisitos de divulgação do ponto 5.1, alínea d), a entidade deve preparar o Quadro 5.1.

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 5.1 - AFT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS								
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas								
RUBRICAS		Início do Período				Final do Período		
		Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade
[1]		[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]
								[9]=[6]-[7]-[8]
	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	143 640 147,75 €	107 554 300,83 €	0,00 €	36 085 846,92 €	146 803 683,81 €	111 449 543,72 €	0,00 €
AFT11	Terrenos e recursos naturais	3 626 331,03 €	0,00 €	0,00 €	3 626 331,03 €	4 215 171,33 €	0,00 €	0,00 €
AFT12	Edifícios e outras construções	2 401 809,65 €	840 422,21 €	0,00 €	1 561 387,44 €	2 624 203,00 €	942 969,99 €	0,00 €
AFT13	Infraestruturas	136 962 435,27 €	106 581 124,09 €	0,00 €	30 381 311,18 €	139 313 433,88 €	110 373 819,20 €	0,00 €
AFT14	Património histórico, artístico e cultural	649 571,80 €	132 754,53 €	0,00 €	516 817,27 €	650 875,60 €	132 754,53 €	0,00 €
AFT15	Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AFT16	Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Ativos fixos em concessão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AFT21	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AFT22	Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AFT23	Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AFT24	Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AFT25	Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Outros ativos fixos tangíveis	140 323 217,53 €	45 039 453,61 €	0,00 €	95 283 763,92 €	149 152 913,74 €	46 802 234,28 €	0,00 €
AFT31	Terrenos e recursos naturais	24 412 241,73 €	0,00 €	0,00 €	24 412 241,73 €	24 656 762,84 €	0,00 €	0,00 €
AFT32	Edifícios e outras construções	93 381 213,54 €	34 388 791,44 €	0,00 €	58 992 422,10 €	94 825 711,67 €	35 993 973,52 €	0,00 €
AFT33	Equipamento básico	3 269 044,73 €	2 789 252,48 €	0,00 €	479 792,25 €	3 495 059,09 €	2 929 165,95 €	0,00 €
AFT34	Equipamento de transporte	3 723 661,95 €	3 033 580,96 €	0,00 €	690 080,99 €	3 497 449,23 €	2 884 817,62 €	0,00 €
AFT35	Equipamento administrativo	2 931 577,50 €	2 694 128,61 €	0,00 €	237 448,89 €	3 049 750,19 €	2 784 266,06 €	0,00 €
AFT36	Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AFT37	Outros	2 371 049,76 €	2 133 700,12 €	0,00 €	237 349,64 €	2 558 580,94 €	2 210 011,13 €	0,00 €
AFT38	Ativos fixos tangíveis em curso	10 234 428,32 €	0,00 €	0,00 €	10 234 428,32 €	17 069 599,78 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL		283 963 365,28 €	152 593 754,44 €	0,00 €	131 369 610,84 €	295 956 597,55 €	158 251 778,00 €	0,00 €

5.2. Relativamente aos requisitos de divulgação do ponto 5.1, alínea e), a entidade deve preparar os Quadros 5.2, 5.2A e 5.2B.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos AFT, bem como nas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 5.2 - AFT - Quantia escriturada e variações no período									
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas									
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	36 085 846,92 €	416 878,98 €	2 746 657,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 895 242,89 €	0,00 €	35 354 140,09 €
Terrenos e recursos naturais	3 626 331,03 €	66 377,73 €	522 462,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 215 171,33 €	0,00 €	4 215 171,33 €
Edifícios e outras construções	1 561 387,44 €	5 771,34 €	216 622,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 681 233,01 €	0,00 €	1 681 233,01 €
Infraestruturas	30 381 311,18 €	343 426,11 €	2 007 572,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-28 939 614,68 €	0,00 €	28 939 614,68 €
Património histórico, artístico e cultural	516 817,27 €	1 303,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-518 121,07 €	0,00 €	518 121,07 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	94 769 653,90 €	12 600 761,45 €	-2 894 272,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 751 856,60 €	0,00 €	101 847 206,01 €
Terrenos e recursos naturais	24 412 241,73 €	226 038,02 €	334 531,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-316 048,61 €	0,00 €	24 656 762,84 €
Edifícios e outras construções	58 498 719,70 €	313 551,42 €	1 130 946,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 605 063,08 €	0,00 €	58 338 154,75 €
Equipamento básico	485 532,34 €	226 014,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 39 379,16 €	0,00 €	551 880,04 €
Equipamento de transporte	690 080,99 €	66 556,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-292 769,34 €	0,00 €	612 631,61 €
Equipamento administrativo	237 206,49 €	73 648,45 €	44 855,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-83 713,18 €	0,00 €	271 666,00 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	231 444,33 €	187 531,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-72 464,52 €	0,00 €	346 510,99 €
Ativos fixos tangíveis em curso	10 234 428,32 €	11 507 421,23 €	-4 404 606,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-267 643,33 €	0,00 €	17 069 599,78 €
TOTAL	139 855 500,82 €	13 017 640,43 €	-347 615,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 647 099,49 €	0,00 €	137 201 346,30 €

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 5.2 A - AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas											
Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	416 878,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	416 878,98 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	66 377,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66 377,73 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	5 771,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 771,34 €
Infraestruturas	0,00 €	343 426,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	343 426,11 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	1 303,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 303,80 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	12 493 216,66 €	0,00 €	54 974,49 €	0,00 €	40 654,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 916,10 €	12 600 761,45 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	168 084,50 €	0,00 €	54 974,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 979,03 €	226 038,02 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	263 960,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	40 654,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 937,07 €	313 551,42 €
Equipamento básico	0,00 €	226 014,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	226 014,36 €
Equipamento de transporte	0,00 €	66 556,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66 556,79 €
Equipamento administrativo	0,00 €	73 648,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	73 648,45 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	187 531,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	187 531,18 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	11 507 421,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 507 421,23 €
TOTAL	0,00 €	12 910 095,64 €	0,00 €	54 974,49 €	0,00 €	40 654,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 916,10 €	13 017 640,43 €

Quadro 5.2 B - AFT - Desagregação das diminuições

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-316 048,61 €				-560 744,31 €	-876 792,92 €
Terrenos e recursos naturais	-316 048,61 €					-316 048,61 €
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte					-292 769,51 €	-292 769,51 €
Equipamento administrativo					-331,47 €	-331,47 €
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso					-267 643,33 €	-267 643,33 €
TOTAL	-316 048,61 €				-560 744,31 €	-876 792,92 €

5.3. Quando existir uma reavaliação permitida nos termos do parágrafo 34 da NCP 5 e relativamente requisitos de divulgação do ponto 5.5, alíneas c) a e), a entidade deve preparar o Quadro 5.3, indicando se existem algumas restrições na utilização do saldo final do excedente de revalorização (coluna 6).

Não aplicável

Nota 6 – Locações

6.1. Locações financeiras – Locatários

Nos casos em que, por aplicação dos requisitos previstos na NCP 6, o contrato de locação seja classificado como locação financeira e a entidade pública esteja na condição de locatário, para dar cumprimento aos requisitos do ponto 6.1, alíneas a) a d), deve divulgar a informação constante do Quadro 6.1.

Quadro 6.1 - Locações Financeiras - Locatário
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia Escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registas como gasto de período (4)
		Período		Acumulado						
		Capital	Juro	Capital	Juro	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos		
CONTRATO 1002647	1 419 112,50 €	195 798,36 €	0,00 €	1 223 314,14 €	221 935,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
...										
Total	1 419 112,50 €	195 798,36 €	0,00 €	1 223 314,14 €	221 935,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

6.2. Locações operacionais – Locatários

Nos casos em que, por aplicação dos requisitos previstos na NCP 6, o contrato de locação seja classificado como locação operacional e a entidade pública esteja na condição de locatário, para dar cumprimento aos requisitos do ponto 6.2, deve divulgar a informação constante do Quadro 6.2.

Quadro 6.2 – Locações operacionais – Locatário

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Bens Locados (1)	valor do contrato (2)	Pagamento efetuados acumulados (3)				Futuros pagamento mínimos do locatário (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	entre 1 a 5 anos	superior a 5 anos	total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
ALUGUER DE UMA VIATURA LIGEIRA COMERCIAL - FURGÃO, NO ÂMBITO DO PROJETO NORTE-08-5266-FSE-000146 (EQUIPA MULTIDISCIPLINAR PARENTALIDADE POSITIVA) E DE UMA VIATURA DE PASSAGEIROS DE 9 LUGARES, NO ÂMBITO DO PROJETO NORTE-08-5266-FSE-000144 (VIVER A SOCIEDADE)	39 336,05 €	15 438,77 €	0,00 €	22 629,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
SERVIÇO DE ALUGUER DE CAMIÃO GRUA (TRANSPORTE E DESCARGA DE NEW-JERSEYS DE BRAGANÇA PARA CHAVES)	2 137,13 €	2 137,13 €	0,00 €	1 731,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
(SERVIÇO DE TRANSPORTE NEW-JERSEYS PARA RALI DA ÁGUA-ALTO TÂMEGA)	615,00 €	615,00 €	0,00 €	615,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
TRANSPORTE DA VIATURA IVECO 58-83-IT DE CHAVES PARA VALONGA-ALVERCA	738,00 €	738,00 €	0,00 €	738,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
TRANSPORTE DO TRATOR DA CIM DE TANZÉM "PADRELA-VALPAÇOS" PARA CHAVES	184,50 €	184,50 €	0,00 €	184,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
TRANSPORTE DO CILINDRO DO ESTALEIRO DA DRO PARA VALDANTA-2H	147,60 €	147,60 €	0,00 €	147,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
SERVIÇO DE ALUGUER DE PLATAFORMA (TRANSPORTE DO CILINDRO DYNAPAC DE OUCIDRES PARA PARQUE ESTACIONAMENTO LONGRAS E ESTALEIRO DRO-3HORAS)	210,00 €	210,00 €	0,00 €	210,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
TRANSPORTE DO BULDOZER FIAT HITACHI DE VILA NOVA/DRO E CILINDRO DO CANDO/DRO 2.30HORAS, TRANSPORTE DA MINI-GIRATORIA DOS ESTALEIROS DA DRO PARA ANELHE E DE ANELHE PARA ESTAL. DA DRO	553,50 €	553,50 €	0,00 €	1 266,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
SERVIÇO DE ALUGUER DE PLATAFORMA (TRANSPORTE DA MÁQUINA DO S. CAETANO PARA AVELEDA)	467,40 €	467,40 €	0,00 €	467,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
ALUGUER DE VIATURA PARA RECOLHA DE ESCULTURAS DOADAS PELO ESCULTOR JOÃO MACHADO, NO PORTO E DO ESCULTOR CARLOS BARREIRA, EM PAREDES	158,75 €	158,75 €	0,00 €	158,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO-GESTÃO DE FROTAS E LOCALIZAÇÃO POR GPS	973,07 €	943,07 €	0,00 €	943,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
ALUGUER DE EMPILHADOR POR 2 DIAS	560,00 €	560,00 €	0,00 €	560,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
ALUGUER DE ... PARA EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA "B.L. BIOSFERA INTEGRADA" PARA ITINERÂNCIA - CENTRO DE CIÊNCIA DE BRAGANÇA	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00 €	1 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

6.3. Locações financeiras – Locadores

Nos casos em que, por aplicação dos requisitos previstos na NCP 6, o contrato de locação seja classificado como locação financeira e a entidade pública esteja na condição de locador, para dar cumprimento aos requisitos do ponto 6.3, deve divulgar a informação constante no Quadro 6.3.

Não aplicável.

6.4. Locações operacionais – Locadores

Nos casos em que, por aplicação dos requisitos previstos na NCP 6, o contrato de locação seja classificado como locação operacional e a entidade pública esteja na condição de locador, para dar cumprimento aos requisitos do ponto 6.4, deve divulgar a informação constante no Quadro 6.4.

Não aplicável.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Para dar cumprimento ao exigido no ponto 7.1 do anexo à NCP 1, bem como a outras exigências legais, a entidade deve divulgar a informação constante no Quadro 7.1.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários																				
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas																				
Designação da Entidade		MUNICÍPIO DO CONCELHO DE CHAVES																		
Gerência		2021																		
Caracterização do empréstimo	Contribuinte	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Isento da capacidade de endividamento	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano				Divida em 01/01/2021	Divida em 31/12/2021	Obs.	
					Número de registo	Data			(I)	Contratado	Utilizado	Inicial	Actual a 31 dez	Amortização (2021)	Juros (2021)	Total				Juros de mora
1	CGD - 0249 000721 0 91	500960046	26/05/1998	26,5 anos	23	16706	14/05/1998	HABITAÇÃO SOCIAL/PROTOCOLO INH (I)	(I)	1 767 485,43 €	1 767 485,43 €	1,759	0,000	76 019,98 €	0,00 €	76 019,98 €		380 099,91 €	304 079,93 €	1
2	CGD - 9015 003295 0 91	500960046	12/03/2003	25 anos	18	3259	23/01/2003	HABITAÇÃO SOCIAL/PROTOCOLO INH (I)	(I)	735 939,00 €	710 750,00 €	2,400	0,467	32 405,81 €	489,98 €	32 895,79 €		244 681,65 €	212 275,84 €	2
3	NOVOBANCO - 0770013881	513204016	09/05/2006	15 anos	15	974	29-05-2006	FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO (N)	(N)	1 909 177,00 €	1 909 177,00 €	0,830	0,090	106 065,38 €	520,19 €	106 585,57 €		609 875,91 €	503 810,53 €	3
4	SANTANDER TOTTA - 0003.05239677096	500844321	19/08/2009	15 anos	12	1075	26-08-2009	FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO (N)	(N)	471 584,77 €	471 584,77 €	2,354	0,950	38 360,85 €	1 269,78 €	39 630,63 €		145 780,21 €	107 419,36 €	4
5	SANTANDER TOTTA - 0003.05165757096	500844321	15/05/2009	15 anos	12	1066	23-07-2009	FINANCIAMENTO PROJECTOS DE INDOLE COMUNITARIA (N)	(N)	597 048,67 €	597 048,67 €	2,750	0,955	48 578,11 €	1 620,69 €	50 198,80 €		184 693,47 €	136 115,36 €	5
6	SANTANDER TOTTA - 0003.05165757096	500844321	15/05/2009	15 anos	12	1066	23-07-2009	FINANCIAMENTO PROJECTOS DE INDOLE COMUNITARIA (I)	(I)	779 753,00 €	779 753,00 €	2,750	0,955	63 456,28 €	2 117,06 €	65 573,34 €		241 104,44 €	177 648,16 €	6
7	BBVA	502593687	11-05-2010	15 anos	11	749	27-07-2010	FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO (N)	(N)	828 003,10 €	828 003,10 €	2,056	0,595	63 692,56 €	1 683,67 €	65 376,23 €		302 539,48 €	238 846,92 €	7
8	SANTANDER TOTTA - 0032.09490431480	500844321	13-07-2016	10 anos	5	1686	28/09/2016	LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA PAEL	(N)	5 953 821,47 €	5 953 821,47 €	1,134	0,642	595 382,14 €	26 737,12 €	622 119,26 €		3 572 292,91 €	2 976 910,77 €	8
9	CAIXA CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO - 58026026381	501393420	21-06-2018	20 anos	3	930	21/06/2018	SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 101º DA LEI Nº 114/2017, DE 29/12 (LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO - 2018), E EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 48º, 49º E 51º DA LEI Nº 73/2013, DE 2 DE SETEMBRO (REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS)	(N)	3 016 141,18 €	2 946 095,84 €	1,327	1,327	184 131,00 €	42 578,82 €	226 709,82 €		2 614 660,04 €	2 430 529,04 €	9
10	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	3	325	17/05/2019	EQBEI - PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-04-2114-FEDER-00036 - Musealização das Termas Romanas de Chaves	(I)	308 185,74 €	102 728,58 €	0,013	0,013			0,00 €		102 728,58 €	102 728,58 €	10
11	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	3	326	17/05/2019	EQBEI - PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000124 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira (PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4)	(I)	360 599,77 €	240 399,84 €	0,013	0,013		161,07 €	161,07 €		240 399,84 €	240 399,84 €	11
12	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	3	327	17/05/2019	EQBEI - PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000132 - Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alfense João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)	(I)	650 801,14 €	430 096,78 €	0,013	0,013		73,30 €	73,30 €		430 096,78 €	430 096,78 €	12
13	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	3	328	17/05/2019	EQBEI - PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000077 - Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro, Inácio Pizarro e Longras e das Avenidas 5 de Outubro e Tâmega (PAMUS 1.3 e 2.2)	(I)	752 077,79 €	250 692,60 €	0,013	0,013			0,00 €		250 692,60 €	250 692,60 €	13
14	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	3	329	17/05/2019	EQBEI - PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-08-5673-FEDER-000144 - Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães	(I)	33 400,02 €	11 133,34 €	0,013	0,013			0,00 €		11 133,34 €	11 133,34 €	14
15	BPI	501214534	09/04/2019	20 anos	2	1479	12/07/2019	LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA DECORRENTE DO EMPRÉSTIMO CONTRATADO JUNTO DO IFOP DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INDOLE COMUNITARIA (EQ-BEL-FUNDAÇÃO NADIR AFONSO)	(N)	618 467,36 €	552 125,32 €	0,680	0,382	27 606,26 €	2 243,19 €	29 849,45 €		510 715,81 €	483 109,55 €	15
16	BPI	501214534	21/01/2020	8 anos	1	524	26/03/2020	Liquidação antecipada das seguintes dívidas: a) Banco Português de Investimento - Saneamento Financeiro - Contrato N.º 0314176.830.005 e b) Caixa Geral de Depósitos - Saneamento Financeiro - N.º PT003590115098003391	(N)	9 120 342,51 €	8 854 932,99 €	0,347	0,162	1 106 866,62 €	15 989,51 €	1 122 856,13 €		8 301 499,65 €	7 194 633,03 €	16
EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO										27 902 827,95 €	26 405 828,73 €			2 342 564,99 €	96 484,38 €	2 438 049,37 €		18 142 994,62 €	15 800 429,63 €	

Nota 8 – Propriedades de investimento

Nos termos previstos na NCP 8, designadamente no seu parágrafo 34, é exigível às entidades que determinem o justo valor das propriedades de investimento para efeitos de mensuração (se a entidade usar o modelo do justo valor) ou de divulgação (se a entidade usar o modelo do custo).

Decorre ainda, no seu parágrafo 55, que, em casos excecionais, quando a entidade adquire pela primeira vez uma propriedade de investimento (ou quando uma propriedade existente se torna pela primeira vez propriedade de investimento após uma alteração de uso) existe uma clara evidencia de que o justo valor da propriedade de investimento não pode ser determinado com fiabilidade numa base continuada.

Por conseguinte, os valores constantes do Mapa infra, referentes às Propriedades de Investimento, o Município adotou o modelo do custo.

Relativamente aos requisitos de divulgação do ponto 8.6, a entidade deve preparar os quadros 8.2, 8.2A e 8.2B seguintes.

Quadro 8.2 - PI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE (MODELO DO CUSTO)

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	2 968 486,55 €			-116 032,08 €					2 852 454,47 €			
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e recursos naturais												
PI3	Edifícios e outras construções	2 968 486,55 €			-116 032,08 €					2 852 454,47 €			
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em curso												
	TOTAL	2 968 486,55 €			-116 032,08 €					2 852 454,47 €			

Nota 9 – Imparidade de Ativos

Grande parte das informações quantitativas relativas à imparidade de ativos previstas na Nota 9 do Anexo já está divulgada nos quadros apresentados na Nota 3 (ativos intangíveis) e/ou na Nota 5 (ativos fixos tangíveis).

Para divulgar informação acerca da forma como foi apurada a quantia recuperável dos ativos pode ser desenvolvido o quadro seguinte:

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes		13 604 791,68 €	12 212 086,89 €	1 392 704,79 €		
TOTAL		13 604 791,68 €	12 212 086,89 €	1 392 704,79 €		

Nota 10 – Inventários

As divulgações exigidas no ponto 10.1 do Anexo podem ser resumidas nos Quadros 10.1 e 10.2 seguintes:

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 10.1 - Inventários

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia Bruta	Imparidade Acum.	Quantia Recuperável
Mercadorias	19074	0	19074
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	208 616,14 €	- €	208 616,14 €
Produtos acabados e intermédios Subprodutos, desperdícios, resíduos e	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0
Total	208 616,14 €		208 616,14 €

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	43 605,67 €	1 581 587,41 €	1 593 315,54 €	- €	- €	- €	- €	- €	31 877,54 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	218 561,71 €	450 734,82 €	460 843,82 €	- €	- €	- €	- €	- €	208 628,14 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	262 167,38 €	2 032 322,23 €	2 054 159,36 €	- €	- €	- €	- €	- €	240 505,68 €

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável

Nota 12 — Contratos de construção

Não aplicável

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas					
Taxas específicas das autarquias locais	868 356,28 €				
Vendas					
Mercadorias	44 259,12 €		1 918,29 €		
Livros e documentação técnica	2 547,87 €				
Água	1 832 029,45 €			498 325,01 €	
Outros produtos	71 721,60 €				
Prestação de serviços					
Saneamento	1 922 926,62 €				
Resíduos Sólidos	1 228 668,02 €				
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	397,00 €				
Trabalhos por conta de particulares	15 338,17 €				
Cemitérios	19 328,65 €				
Mercados e feiras	11 256,88 €				
Serviços desportivos	5 124,76 €				
Outros	1 052 628,73 €		55 404,65 €		
Outros serviços	116 369,77 €		15 596,77 €	14 377,55 €	
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	427 842,30 €				
Alienações					
Alienções de ativos fixos tangíveis	5 688,56 €				
Sinistros	3 531,75 €				
Rendas em propriedades de investimento					
Concessão EDP	1 308 944,12 €		328 235,36 €		
Edifícios e outras construções	92 059,38 €				
Outros rendimentos em investimentos financeiros	3 125,00 €				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros não especificados com contraprestação	40 430,74 €				
TOTAL	9 072 574,77 €	- €	401 155,07 €	512 702,56 €	- €

Nota 14 — Rendimento de transações sem contraprestação

Para dar cumprimento ao exigido nas notas 14.1 a 14.3 do anexo, e para além da informação já proporcionada diretamente nas demonstrações financeiras, pode ser preparado o seguinte quadro:

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	407 352,05 €		10 226,93 €	861,17 €	
Imposto Municipal sobre Imóveis	4 161 803,84 €		49 905,11 €	29 937,18 €	
Imposto Único de Circulação	942 751,91 €		80 817,15 €	76 651,76 €	
Impostos indiretos					
Imposto municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	1 141 771,19 €		91 127,36 €	191 112,32 €	
Multas e outras penalidades	64 709,11 €				
Trabalhos para a própria entidade	162 807,35 €				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Fundo de equilíbrio financeiro	13 481 851,00 €				
Fundo social municipal	711 275,00 €				
Participação IRS	1 437 275,00 €				
Participação do IVA - art.º 26º da Lei 73/2013	173 888,40 €				
Outras	356 090,50 €				
Transferência de Competências - Lei 50/2018	14 970,47 €				
outros serviços e fundos autónomos	389 942,52 €				
Administração Local - Municípios	129 090,91 €				
Instituições sem fins lucrativos	494 848,55 €				
Resto do mundo - FEDER	85 165,00 €		14 353,66 €	14 353,66 €	
Resto do mundo - Fundo social europeu	398 866,81 €				
Reversões					
De perdas por imparidade	213 246,99 €				
De provisões					
Outros rendimentos suplementares	4 928,16 €				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 659 603,71 €				
Correções relativas a períodos anteriores					
Estimativas de impostos	315 222,24 €				
Outras correções	318,16 €				
Outros não especificados sem contraprestação	7 443,94 €				
TOTAL	27 755 222,81 €	- €	246 430,21 €	312 916,09 €	- €

Nota 15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As divulgações previstas na nota 15 podem resumir-se nos Quadros 15.1, 15.2 e 15.3

seguintes:

Quadro 15.1 - Provisões										
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas										
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	974 628,68 €				- €				- €	974 628,68 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	974 628,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	974 628,68 €

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais:

Mapa dos Passivos e Ativos Contingentes		
(De acordo com os Quadros 15.2 e 15.3 - Anexo A1 constante da Instrução 1/2019 do TC (Tribunal de Contas))		
Entidade: Município de Chaves		
Período de relato : 01/01/2021 a 31/12/2021		
Natureza/Descrição - Passivo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo
Processos Judiciais em curso (Proc.º 280/13.1 BEMDL e Proc.º 37/15.5 BEMDL): Faturação do grupo AdNorte, emitida ao Município e domiciliada em processos judiciais, no valor de 1.949.257,36€, (valor que contempla faturação de mínimos e juros de mínimos).	974 628,68 €	Indeterminável
Segundo o princípio da prudência, foram constituídas provisões de 50% sobre o montante		
Contratos-Promessa celebrados com as Infraestruturas de Portugal (ex REFER) e tendo como objeto a "Compra e venda de bens futuros sob condição Resolutiva": • Estação de Vidago = 96.806,78; • Apeadeiro da Fonte Nova = 223.286,00€; • Estação de Chaves = 218.763,97€	538 856,75 €	Perspetiva em negociações pré-contratuais de revisão integral , a ocorrer em 2022, dos contratos em causa, os quais estiverem na génese do passivo contingente identificado. Tal revisão determinará, previsivelmente, a anulação do passivo contingente.
Contrato de Concessão de utilização de bens de domínio público ferroviário, celebrado com a REFER, por 25 anos, c/ possibilidade de renovação a cada 5 anos (Geração da obrigação a partir da intervenção destinada à execução da "ECOPISTA Chaves-Vidago")	48 433,28 €	Perspetiva em negociações pré-contratuais de revisão integral , a ocorrer em 2022, dos contratos em causa, os quais estiverem na génese do passivo contingente identificado. Tal revisão determinará, previsivelmente, a anulação do passivo contingente.
Empark, SA - (Parcómetros) - proc.º judicial 101/04.0 BEMDL - Contestação no TAC - Tribunal Central Administrativo	3 336 298,40 €	Provável encerramento, em 2022, do processo judicial identificado. (Expetativa de desfecho favorável ao Município)
Proc.º 432/16,2 BEMDL (Isabel Joana da Silva Veras)	7 831,41 €	Indeterminável
Proc.º 145/17.8 BEMDL (Ass. Feiras e Mercados Reg. Norte)		Indeterminável
Proc.º 176/17.8 BEMDL (António dos Reis Sousa)	5 519,01 €	Indeterminável
Proc.º 367/17.1 BEMDL (Mabilda Maria F. Costa Rego Martins)	30 001,00 €	Indeterminável
Proc.º 442/17.2 BEMDL (Manuel Teixeira Alves)	30 001,00 €	Indeterminável
Proc.º 41/18.1 BEMDL (Cláudia Sofia Rego Martins)	228,86 €	Indeterminável
Proc.º 247/19.6 BEVIS (Município de Castro Daire)	588 266,97 €	Indeterminável
Proc.º 79/20.9 BEMDL (Socorpena - Construções e Obras Públicas)	192 082,00 €	Possível indemnização
Proc.º 1822/20.1 T8CHAV (Manuel Teixeira Alves)	30 000,01 €	Indeterminável
Proc.º 293/21.0BEMDL (Laura Amélia Gonçalves Teixeira)	46 658,61 €	Indeterminável
Proc.º 324/21.3BEMDL - Super Matéria, Lda	50 870,84 €	Indeterminável
Total MCC:	5 879 676,82 €	
Entidade: Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM SA		
Natureza/Descrição - Passivo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo
Empréstimo de Curto Prazo	350 000,00 €	13/02/2022
Total GEMC:	350 000,00 €	
Total CONSOLIDADO:	6 229 676,82 €	
Entidade: Município de Chaves		
Natureza/Descrição - Ativo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do influxo
Alienação Fogos do Bairro Social de Casas dos Montes (interrupção do processo de venda devido ao início da execução do Projeto de eficiência energética) = 1.369.529,59€ × 25%	342 382,40 €	2023
Alienação Bairro Social Aregos - Regularizada propriedade horizontal, com registos concretizados. O processo de venda poderá ser iniciado em 2022 = 1.989.677,78€ × 25%	497 419,45 €	2023
Recebimentos em atraso, referentes a impostos municipais de anos anteriores, disponibilizados no Portal da Autoridade Tributária, no cumprimento do nº2, do artº17, do DL 127/2012, de 21 de junho: a) Contribuição autárquica b) IMI	1 228 416,46 €	indeterminável
Total:	2 068 218,30 €	

Nota 16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 — Acontecimentos após a data de relato

Refere a nota 17.1 que uma entidade deve divulgar a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização. Essa data pode ser divulgada logo na parte inicial do Anexo.

A nota 17.2 exige que se uma entidade receber informações após a data de relato, mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão, acerca de condições que existiam à data de relato, a entidade deve atualizar as divulgações que se relacionam com essas condições, à luz das novas informações.

Por exemplo, se entre a data de relato e a data de emissão das demonstrações financeiras, uma entidade recebe informação relativamente a um processo judicial em curso em que é ré, informação essa que aumenta a probabilidade da entidade ter que vir a pagar uma indemnização, embora ainda não consiga efetuar uma estimativa fiável do seu valor, a entidade passa a ter que divulgar um passivo contingente, enquanto antes, pelo facto da possibilidade de desembolso ser remota, não tinha feito qualquer divulgação.

A nota 17.3 requer que a entidade divulgue a natureza dos acontecimentos após a data do relato que, não dando lugar a ajustamentos, sejam materialmente relevantes para informação aos utilizadores. Se possível, a entidade deve divulgar, para cada um deles, também uma estimativa do efeito financeiro destes acontecimentos, ou uma declaração de que esta estimativa não pode ser feita.

Não aplicável.

Nota 18 — Instrumentos financeiros

A NCP 18 contém orientações para reconhecimento e mensuração de todos os ativos e passivos financeiros, dos quais os instrumentos financeiros são uma parte. Neste sentido, as respetivas divulgações atendem a esta consideração.

Conforme nota 18.1, a entidade deve divulgar, em relação às políticas contabilísticas, as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes

para a compreensão das demonstrações financeiras.

18.1. Ativos e passivos financeiros

Conforme parágrafo 10 da NCP 18, os ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor ou ao custo amortizado, conforme parágrafos 11 e 12 respetivamente.

Para dar cumprimento particularmente às divulgações da informação referida nas notas 18.2, 18.5 e 18.20, recomenda-se a elaboração dos Quadros 18.1 e 18.2.

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Compras	Ganhos de justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidades	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - justo valor										
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.	949 318,77 €		647 532,13 €				47 232,08 €			1 549 618,82 €
EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.	1 568 171,57 €		59 714,17 €				185 078,57 €			1 442 807,17 €
EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.	644 901,08 €		116 543,61 €				70 691,67 €			690 753,02 €
EMPRESA EÓLICA DO BARROSO, LDA.	9 743,80 €		1 248,81 €				2 993,00 €			7 999,61 €
EÓLICA DA PADRELA, LDA.	8 824,05 €		1 669,73 €				2 823,32 €			7 670,46 €
ATBERG - EÓLICAS DO ALTO TÂMEGA, LDA.	390 395,07 €		26 583,21 €				790,01 €			416 188,27 €
EMPREENHIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.	9 173,86 €		1 002,56 €				2 963,02 €			7 213,40 €
EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.	1 014 467,62 €		213 919,55 €				145 541,67 €			1 082 845,50 €
EÓLICA DE ATILHÔ, LDA.	47 743,67 €		5 660,33 €				13 572,92 €			39 831,08 €
APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA	111 762,16 €		190,63 €				68 346,09 €			43 606,70 €
FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES	5 000,00 €		28 663,93 €				1 453,49 €			32 210,44 €
VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO	20 000,00 €		2 337,28 €							22 337,28 €
Outros ativos financeiros										
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE ALTO CORGO E TÂMEGA, C.R.L.	500,00 €									500,00 €
RESINORTE, S.A.	89 436,26 €									89 436,26 €
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros ativos financeiros										
FAM - Fundo de Apoio Municipal	896 499,00									896 499,00 €
Total	5 765 936,91 €	- €	1 105 065,94 €	- €	- €	- €	541 485,84 €	- €	- €	6 329 517,01 €

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia Escriturada Final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros Passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros Passivos financeiros								
20.4.2.1 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis - De médio e longo prazo								
20.4.2.1.2.9.2.1 - Exigível a curto prazo - Outros - Excecionados - Outros empréstimos obtidos	9 168,97 €			43 264,11 €				52 433,08 €
20.4.2.1.2.9.2.2 - Exigível a curto prazo - Outros - Excecionados - subsídios e subvenções reembolsáveis	6 723,96 €						6 723,96 €	- €
20.4.2.2.2.9.2.1 - Exigível a médio e longo prazo - Outros - Excecionados - Outros empréstimos obtidos	1 025 882,17 €						43 264,11 €	982 618,06 €
20.4.2.2.2.9.2.2 - Exigível a médio e longo prazo - Outros - Excecionados - subsídios e subvenções reembolsáveis	- €							- €
25.1.1 - Financiamentos Obtidos - Instituições de crédito e sociedades financeiras - Empréstimos bancários								
25.1.1.2.1.1.01.01 - Caixa Geral de Depósitos	- €							- €
25.1.1.2.1.1.01.02 - Novo Banco	106 065,40 €			106 065,34 €			106 065,38 €	106 065,36 €
25.1.1.2.1.1.01.04 - BPI	1 134 472,88 €			1 134 472,88 €			1 134 472,88 €	1 134 472,88 €
25.1.1.2.1.1.01.05 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	147 304,80 €			184 131,00 €			184 131,00 €	147 304,80 €
25.1.1.2.1.1.01.06 - Santander-Totta	685 551,67 €			700 623,27 €			682 321,10 €	703 853,84 €
25.1.1.2.1.1.01.08 - BBVA	63 692,56 €			63 692,56 €			63 692,56 €	63 692,56 €
25.1.1.2.1.1.02.01 - Caixa Geral de Depósitos	108 407,03 €			108 528,65 €			108 425,79 €	108 509,89 €
25.1.1.2.1.1.02.06 - Santander-Totta	67 715,61 €			49 196,56 €			63 456,28 €	53 455,89 €
25.1.1.2.2.1.01.01 - Caixa Geral de Depósitos	- €							- €
25.1.1.2.2.1.01.03 - Novo Banco	503 810,51 €						106 065,34 €	397 745,17 €
25.1.1.2.2.1.01.05 - BPI	7 677 742,58 €						1 134 472,88 €	6 543 269,70 €
25.1.1.2.2.1.01.06 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	2 467 355,24 €						184 131,00 €	2 283 224,24 €
25.1.1.2.2.1.01.07 - Santander-Totta	3 217 214,92 €						700 623,27 €	2 516 591,65 €
25.1.1.2.2.1.01.09 - BBVA	238 846,92 €						63 692,56 €	175 154,36 €
25.1.1.2.2.1.02.01 - Caixa Geral de Depósitos	516 374,53 €						108 528,65 €	407 845,88 €
25.1.1.2.2.1.02.07 - Santander-Totta	173 388,83 €						49 196,56 €	124 192,27 €
25.1.3.3.2.1.02 - Locações Financeiras - Cooperativa da Fruta - MLP - Exigível CP	195 798,36 €						195 798,36 €	- €
Total	18 345 516,94 €	- €	- €	2 389 974,37 €	- €	- €	4 935 061,68 €	15 800 429,63 €

18.2. Instrumentos de cobertura de riscos

Não aplicável.

18.3. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Não aplicável.

Nota 19 — Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de natal, remunerações por doença, maternidade/paternidade, ajudas de custo e outros suplementos remuneratórios. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento. Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período,

uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos se encontram reconhecidos como um benefício de curto prazo. A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho estes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 19 - Gastos com pessoal

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação	2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	263 233,02 €
Remunerações do pessoal dos quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	5 941 559,25 €
Pessoal Contratado a Termo	487 307,23 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	412 216,63 €
Pessoal aguardando aposentação	9 682,59 €
Representação	63 099,62 €
Subsídio de refeição	668 175,26 €
Subsídio de férias e natal	1 201 789,08 €
Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	9 192,73 €
Horas Extraordinárias	42 769,78 €
Ajudas de Custo	1 622,22 €
Abono para Falhas	15 290,96 €
Subsídio de Turno	115 045,69 €
Indemnizações por Cessação de Funções	26 562,59 €
Outros suplementos e prémios	73 110,83 €
Segurança social	2 428 319,37 €
Total	11 758 976,85 €

Nota 20 — Divulgações de partes relacionadas

De entre as divulgações a fazer previstas nesta nota, destacam-se as relativas à identificação do controlo e das entidades controladas e às transações entre partes relacionadas.

Relativamente à divulgação de controlo, pode ser preparada uma listagem conforme Quadro 20.1.

Relativamente à divulgação de transações entre partes relacionadas, pode ser preparado o seguinte Quadro:

Quadro 20.1 - Entidades controladas

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social da Entidade	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.	Intermunicipal	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	900 000,00 €	16,67%		16,67%	16,67%
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.	Empresa Municipal	Largo das Caldas, 5400-534 Chaves	1 350 000,00 €	100,00%	100,00%		100,00%
EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.	Sociedade Anónima	Praça do Município Vila de Boticas, 5460-310 Boticas	50 000,00 €	8,32%		8,32%	8,32%
EMPRESA EÓLICA DO BARROSO, LDA.	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	70 000,00 €	6,67%		6,67%	6,67%
EÓLICA DA PADRELA, LDA.	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	65 000,00 €	6,67%		6,67%	6,67%
ATBERG- EÓLICAS DO ALTO TÂMEGA, LDA.	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	1 250 000,00 €	6,67%		6,67%	6,67%
EMPREENHIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.	Sociedade Anónima	Avenida Sidónio Pais, 379, 2º andar, Ramalde - 4100-468 Porto	50 100,00 €	3,33%		3,33%	3,33%
EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.	Sociedade Anónima	Município de Vila Pouca de Aguiar - Rua Dr. Henrique Botelho, 5450-018 VILA POUCA DE AGUIAR	50 000,00 €	8,32%		8,32%	8,32%
EÓLICA DE ATILHÓ, LDA.	Limitada por Quotas	Praça do Município Vila de Boticas, 5460-310 Boticas	5 000,00 €	8,33%		8,33%	8,33%
APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA	Associação	Fonte do Leite 5400-261 Chaves	179 106,02 €	62,40%	62,40%		62,40%
FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES	Associação	Paços do Concelho - Largo de Camões - 5400-150 - Chaves	6 000,00 €	83,33%	83,33%		83,33%

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	150 000,00 €	90%	1 361,18 €
		Prestações de serviços e concessões - Outros serviços - Aluguer de Espaços - Produção de energia - Eólicas	15 852,86 €	10%	
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	527 098,81 €	100%	
EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	70 691,67 €	100%	
EMPRESA EÓLICA DO BARROSO, LDA.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	2 192,99 €	100%	
EÓLICA DA PADRELA, LDA.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	2 023,34 €	100%	
ATBERG- EÓLICAS DO ALTO TÂMEGA, LDA.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos			
EMPREENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	2 963,02 €	100%	
EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	145 541,67 €	100%	
EÓLICA DE ATILHÓ, LDA.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	11 921,46 €	100%	
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE ALTO CORGO E TÂMEGA, C.R.L.	Outras	Amortização de capital de financiamentos (empréstimo bancário)	184 131,00 €	81%	
		Pagamento de juros de financiamentos (empréstimo bancário)	42 578,82 €	19%	
FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES	Entidade controlada				
VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO	Entidade controlada	CONTRATO PROGRAMA	40 000,00 €	100%	
APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA	Entidade controlada		165955,46	100%	
RESINORTE, S.A.	Outras	Outros Gastos - Contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de recolha seletiva para valorização, tratamento e destino final	811 143,23	100%	73 846,00

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais:

Quadro 20.3 - Pessoas Chave da Gestão									
Entidade: Município de Chaves									
Nome, até 19/10/2021	situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Outras remunerações e compensações para pessoas chave da gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave	Nome a partir de 19/10/2021	situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Outras remunerações e compensações para pessoas chave da gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave
Nuno Vaz Ribeiro	Presidente	28 619,08 €	0,00 €	0,00 €	Nuno Vaz Ribeiro	Presidente	7 333,45 €	0,00 €	0,00 €
João Carlos Alves Neves	Vereador	senhas de presença	0,00 €	0,00 €	Francisco Baptista Tavares	Vereador	senhas de presença	0,00 €	0,00 €
Francisco António Chaves de Melo	Vereador (RP)	23 014,73 €	0,00 €	0,00 €	Francisco António Chaves de Melo	Vereador (RP)	5 979,31 €	0,00 €	0,00 €
Carlos Augusto Castanheira Penas	Vereador	senhas de presença	0,00 €	0,00 €	Carlos Augusto Castanheira Penas	Vereador	senhas de presença	0,00 €	0,00 €
Paula Fernanda da Mota Chaves	Vereadora (RP)	24 077,34 €	0,00 €	0,00 €	Paula Fernanda da Mota Chaves	Vereadora (RP)	6 232,67 €	0,00 €	0,00 €
Vitor Augusto Costa Santos	Vereador (RP)	17 791,33 €	0,00 €	0,00 €	Nuno André Monteiro Coelho	Vereador (RP)	6 432,89 €	0,00 €	0,00 €
Maria Manuela Pereira Tender	Vereadora	senhas de presença	0,00 €	0,00 €	Carlos Afonso de Moura teixeira	Vereador	senhas de presença	0,00 €	0,00 €
Entidade: Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM SA									
Nome	situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Outras remunerações e compensações para pessoas chave da gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave					
Fátima Lílina Fontes Correia Pinto	Vogal do Conselho de Administração - Nomeação	25 776,49 €							
Entidade: Vidagustermas									
Nome	situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Outras remunerações e compensações para pessoas chave da gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave					
José Francisco Ines Chaves	Contrato sem termo	750,00 €							
Sandrine dos Santos Alves	Contrato sem termo	750,00 €							
Adriana Maria dos Santos Batista	Estagiaria	797,76 €							

Nota 21 — Relato por segmentos

O Município não dispõe de serviços municipalizados nem outros segmentos que devam ser individualizados para efeitos de divulgação, pelo que é não aplicável esta nota.

Nota 22 — Interesses em outras entidades

Quadro 22 - Interesses em outras entidades

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação da Entidade	Morada	% Interesses	
		Propriedade detidos	Direitos de voto
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO	Rua do Castelinho, n.º 17 - 1.º andar 5100 - 127 Lamego		1)
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES	Av. Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra		1)
ASSOCIAÇÃO DAS TERMAS DE PORTUGAL	Rua do Bonjardim, 501 4000-126 Porto		1)
ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS DA VEIGA DE CHAVES	Largo do Campo da Fonte 5400-160 Chaves		1)
FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE VILA REAL	Largo Conde Amarante Vila Real 5000-529 VILA REAL		1)
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS	Carrer Avinyó 15, Pl. 4a 08002 Barcelona		1)
TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL	Castelo de Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo		1)
CASA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO EM LISBOA	Campo Pequeno 50 3º Esq, 1000-081 Lisboa		1)
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA	Avenida Aliados, 9 5400-038 Chaves		1)
ADRAT - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALTO TÂMEGA	Avenida da Cooperação, Edf. Inditran, lote A1, Tv. Nº 2, 5400-673 Chaves		1)
AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROCIDADE CHAVES-VERIN - AECT	Antigua Aduana s/n, Feces de Abaixo - 32699 Verín (Espanha)		1)
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2	Rua dos Combatentes 5030-477 Santa Marta de Penaguião		1)
ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL-ROTAS SEFARAD	PC DA REPÚBLICA 16, 6250-034, CASTELO BRANCO		1)
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Rua Dr. Henrique Botelho 5450-027 Vila Pouca de Aguiar		1)

1) Relativamente a estas entidades o Município contribui com uma quota anual

Nota 23 — Outras divulgações

23.1. Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 23.1 - Decomposição de Fornecimentos serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2021
Espaços de desporto, cultura e lazer	498 695,35 €
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	5 413,23 €
Projetos e serviços de informática	9 423,51 €
Ensaaios e Análises Técnicas	31 616,97 €
Outros	3 228 275,27 €
Publicidade, comunicação e imagem	110 009,83 €
Vigilância e Segurança	114 685,71 €
Honorários (inclui tarefas e avenças)	433 521,77 €
Comissões (encargos de cobrança)	151 891,20 €
Conservação e reparação	461 234,20 €
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	1 422 165,13 €
Publicação e Informação em Órgãos de Comunicação	16 848,45 €
outros	10 987,26 €
Materiais de consumo	340 339,31 €
Energia e fluídos	1 171 056,85 €
Deslocações, estadas e transportes	781 030,31 €
Rendas e alugueres	42 657,89 €
Comunicação	178 702,73 €
Seguros	84 845,38 €
Despesas de representação dos serviços	1 334,70 €
Limpeza, higiene e conforto	62 201,07 €
Outros serviços	399 834,91 €
Total	9 556 771,03 €

23.2. Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 23.2 - Decomposição das transferências e subsídios concedidos

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Transf. e subsídios concedidos	2021
Associações de Municípios	161 675,60 €
Freguesias	107 091,56 €
Instituições sem Fins Lucrativos	1 324 351,74 €
Famílias (ação social, bolsas..)	745 291,75 €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	157 750,00 €
Empresas Locais - GEMC	165 955,46 €
Famílias	57 317,46 €
Associações de Municípios	6 873,08 €
Freguesias	922 712,50 €
Instituições sem Fins Lucrativos	747 589,33 €
Famílias	33 985,44 €
Total	4 430 593,92 €

23.3. Despesas-Covid 2020/2021

Contempla o valor das entidades consolidantes, conforme as demonstrações financeiras individuais.

Quadro 23.3 - despesas COVID.19

Descrição	2020	2021
despesas com pessoal	18 530,49 €	23 528,29 €
aquisição de bens e serviços	137 346,41 €	241 247,99 €
transferências correntes (apoio a famílias e empresários)	87 076,55 €	649 219,37 €
	0,00 €	0,00 €
aquisição de bens de capital	9 888,64 €	8 813,70 €
Total	252 842,09 €	922 809,35 €